MANDATO XIII

ATA Nº. 4/2022

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2022

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. ***MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros.* ***ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES MEMBROS****: João Filipe Monteiro Marques, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Paula Julieta Ramada Ferreira*

Caramelo, Fausto Alves Farinha, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, Pedro Filipe Magalhães Roriz, João Jorge Ferreira Baptista, Sandra de Oliveira Cardoso, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, João Manuel Garcia Rodrigues, António Filipe Dias Melo Peixoto, João Pereira Gomes, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Alexandra Rosa David Franqueira Santos Lima, Paula Jesus Azevedo Brito Medeiros, Raquel Nair Carvalho Cerqueira Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Laura José Gomes Martins, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. ***SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO****: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Pedro Pires Machado, Nélson Jorge Ferreira Duarte, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas e Sandra Cristina*

Andrade Carvalho. ***FALTOU O SEGUINTE MEMBRO****: João Paulo de Carvalho Vieira. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *agradeceu à Srª. Drª. Susana, tradutora da língua gestual das sessões da Assembleia Municipal, que na última sessão ordinária, realizada em trinta de dezembro do ano transato, tinha feito um esforço enorme desde as vinte e uma e trinta até às três horas do dia seguinte, tendo-se seguido uma ovação. Passou-se à apresentação da* ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ***PONTO NÚMERO UM – CONTRATOS-PROGRAMA COM AS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E VINTE E DOIS****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no número cinco, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, os contratos-programa para o ano de dois mil e vinte e dois, relativos às seguintes Empresas Municipais: a) -Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.; b) -Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM; c) -IB – Agência para a Dinamização Económica – EM. Os referidos documentos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra a* ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO****, para destacar que: "São votados hoje nesta Assembleia os contratos-programa para dois mil e vinte e dois relativos às empresas municipais. A este respeito, a CDU entende que os contratos-programa com o Theatro Circo e com a Bragahabit se justificam na sua plenitude, uma vez que se tratam de serviços públicos prestados aos bracarenses, não tendo como objetivo a obtenção de lucro. A saber: Relativamente ao Theatro Circo de Braga, a recente inclusão da gestão do espaço GNRation (como aliás a CDU defende, desde que este espaço foi criado) e a futura inclusão da fração A no Theatro Circo permitirão o alargamento das competências desta EM na gestão e programação de espaços*

culturais, abrindo um campo de possibilidades muito interessante, permitindo uma maior articulação e planeamento entre agentes e consumidores de cultura, bem como melhor gestão de meios e recursos culturais, tornando a cultura como um veículo de coesão social, de aproximação de diferentes classes sociais que compõem o nosso tecido populacional; Relativamente à empresa municipal BragaHabit, lembramos que dois mil e vinte e dois é um ano muito importante para a resolução dos problemas habitacionais na cidade. O Censos dois mil e vinte e um confirmou o aumento exponencial da nossa população residente o que obriga a sérios esforços de repensar o modo de organização da cidade em vários campos, principalmente, na forma e no acesso à habitação. Assim, exigimos que a CMB desenvolva, no decurso do ano de dois mil e vinte e dois, projetos de reabilitação dos Blocos Habitacionais do Bairro das Andorinhas, do Bairro das Enguardas e do Bairro Social do Picoto; exigimos também, para dois mil e vinte e dois, uma resposta às famílias bracarenses inscritas para habitação social que se encontram em lista de espera; e exigimos ainda, para dois mil e vinte e dois, uma solução para os sem-abrigo que continuam a proliferar na cidade, uma solução de âmbito público uma vez que a rede social de apoio parece neste momento esgotada; exigimos, por último, para dois mil e vinte e dois, o arranque de programas de acesso à habitação com custos controlados, com especial enfoque no arrendamento jovem, por forma de fazer rejuvenescer o centro da cidade. Mas, se os contratos com o Theatro Circo e Bragahabit merecem a total concordância da CDU, o mesmo já não podemos dizer relativamente ao contrato-programa com a InvestBraga, em relação ao qual persistem algumas dúvidas. A saber: Este contrato-programa com a InvestBraga prevê uma saída de duzentos e oitenta e sete mil e trezentos euros, diretamente dos cofres da autarquia para a "dinamização económica, atração de investimento

e dinamização do empreendedorismo". Ora, para a CDU, trata-se da prestação de um serviço que causa bastantes dúvidas, nomeadamente no que diz respeito ao incentivo da economia local, que muitas vezes não é sequer local, sendo apoiadas multinacionais ou entidades que nem possuem domicílio fiscal no concelho de Braga. Outra dúvida prende-se com uma situação que, de há uns anos a esta parte, tem sido prática habitual da maioria PSD/CDS e que, na nossa opinião, esvazia as atribuições do pelouro da Cultura: referimo-nos à Feira do Livro cuja realização se mantem na esfera desta empresa municipal; na verdade, não se percebe muito bem esta ligação de uma realização iminentemente cultural com uma designada "agência de investimento", voltada para as startups. Como é sabido, a CDU quer de volta a "Feira do Livro" ao centro da cidade, conforme é vontade conhecida de editores, livreiros e bracarenses em geral. Finalizando, sublinhamos que as empresas municipais não devem ser usadas como subterfúgio para lá se fazer aquilo que não se pode fazer no âmbito das políticas municipais. As empresas municipais devem assumir, no estrito plano das suas competências e objetivos que motivaram a sua criação, o seu papel de serviço público a prestar a todos os cidadãos". A palavra foi depois dada ao ***Sr. Deputado do P.P.M.***, ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO****, para dizer que: "O PPM irá votar favoravelmente este ponto! Não podemos deixar de referir que estes contratos-programa têm vindo a ser benéficos, quer para o Concelho, quer para os munícipes bracarenses, pelo que consideramos que sejam novamente ratificados! No caso do Teatro Circo, destaca-se a forma exemplar como tem vindo a ser responsável no nosso Concelho naquilo que se pode chamar "Democratização da Cultura", conseguindo com estes contratos-programa trazer espetáculos culturais de qualidade a munícipes com menos recursos económicos! Destaca-se o Reforço do contrato-programa e o aumento das responsabilidades*

de quem tem feito um trabalho exemplar! No caso da BragaHabit, permitam-me uma saudação especial ao antigo administrador Vitor Esperança, já que terminou funções e fez um trabalho reconhecidamente difícil, mas rigoroso! Neste Contrato-Programa destaca-se a previsão da conclusão da reabilitação do Bairro de Santa Tecla e a reabilitação de parte do Património da Bragahabit através do Programa Primeiro Direito! Finalmente, a InvestBraga em que se realça o trabalho reconhecido na captação de investimento, na germinação e no apoio a startups e na promoção de Braga no estrangeiro! Há quem pense que o estímulo ao empreendedorismo não ajuda os munícipes, mas é exatamente o contrário que sucede, já que esse apoio potencia o emprego, a inovação, o conhecimento e mesmo o aumento de população!". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do ALIANÇA***, ***JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA***, *para salientar que: "Neste ponto, dos contratos-programa com as empresas municipais, nos modelos de organização que conhecemos hoje, remete-nos para aquela que foi a reforma da administração local e que terá sido, porventura, a última reforma em Portugal, era na altura primeiro ministro Dr. Passos Coelho e foi um dos desígnios e instrumentos para MUDAR PORTUGAL, materializado na lei número cinquenta barra dois mil e doze que, entre outros aspetos da vida local, definia no artigo sexagésimo segundo, os critérios que dissolveram centenas de empresas do Setor Empresarial Local e estabeleceu regras na composição dos Conselhos de Administração e cargos de direção destas mesmas entidades. Das várias heranças deixadas para o atual executivo, houve o perigo da dissolução da empresa municipal Teatro Circo, felizmente, por via da alteração da lei e também do trabalho feito pela coligação Juntos por Braga, foi conseguida essa mesma inversão. A Teatro Circo, é uma mais-valia para a cidade e tem desenvolvido um trabalho meritório na promoção da cultura. Gostaria de cumprimentar o Dr.*

Vitor Esperança, administrador que deixou recentemente a administração da Bragahabit e prestar um agradecimento público pelo trabalho desenvolvido em prol da inclusão social e habitacional. Trabalho que bem sabemos, é muito exigente e eternamente inacabado e que o Governo deixou os portugueses para trás, neste aspeto. Dou também as boas-vindas ao Dr. Carlos Videira, na certeza que fará um trabalho diferenciado em favor daqueles que mais precisam. A habitação social, tal como outros apoios sociais, têm sido absolutamente necessários para mitigar o flagelo da pobreza em Portugal, estima-se que antes de apoios sociais, Portugal terá, próximo de quarenta por cento da população em situação de pobreza. Após todos os apoios sociais serão dezoito vírgula quatro por cento da população portuguesa em situação de pobreza. E gostaria aqui de repudiar a generalização sobre apoios sociais indevidos e cito "os malandros que não querem trabalhar", não é digno numa sociedade civilizada. Portugal é um estado de direito e se há alguma situação irregular, tem que denunciar o caso. Porque não o fazem? É, na minha opinião, um perigoso retrocesso civilizacional. O partido Aliança apela aos Bracarenses que exerçam o civismo que já demonstrámos, que contrariem esta tendência de generalização e pelo Aliança afirmamos Primeiro as Pessoas, batemo-nos pela erradicação da pobreza e não pela estigmatização de pessoas e incentivo ao ódio. Somos todos Pessoas, incluindo os que não nasceram cá e procuram o nosso acolhimento para uma vida digna. O Aliança é um partido personalista. Acreditamos na pessoa humana como base de toda a sociedade. É-nos indiferente o sítio onde nascemos, as condições com que nascemos, de onde viemos. Acompanhamos com preocupação a exagerada humanização dos animais e a desumanização das pessoas. Para nós as Pessoas educadas, respeitam as outras pessoas, as pessoas educadas tratam bem os animais e cuidam da natureza. É com natural satisfação que observamos a

redobrada atenção do Município nos instrumentos sociais disponíveis, como o reforço do RADA previsto no orçamento para dois mil e vinte e dois e os investimentos recentemente anunciados para a requalificação e construção de mais habitação que sirva para quem mais precisa. Falar da InvestBraga é falar, talvez, da maior transformação, na maior mudança que ocorreu em Braga, fruto da nova mentalidade na gestão autárquica, a visão integrada e de futuro, que nos trouxe o Dr. Ricardo Rio em dois mil e treze. Recordo-me, e creio terão sido mais ou menos estas as palavras, "A Força Tranquila" e o Eng.º Carlos Oliveira, à altura Presidente da InvestBraga, apontava para a mudança de paradigma no desenvolvimento económico Português e Braga apresentava, pela primeira vez, um Plano Estratégico para o seu Desenvolvimento Económico, entendido como uma resposta coordenada e consistente, que traçava indicadores claros no crescimento de empregos e na subida ao TOP dez das maiores cidades ibéricas. Faço uma pergunta à plateia e para quem está a assistir em casa: conhecem o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Portugal? Deixo para reflexão! E para cada um de nós perceber, porque é que cada vez mais, pagamos mais impostos, somos mais pobres e menos esperançosos. Os jovens já não conseguem sair de casa. É com natural orgulho que vemos Braga ser apontada, por vários economistas, como exemplo para Portugal. Melhoramos substancialmente os indicadores económicos e sociais, fomos o concelho que mais cresceu em população, somos uma região atrativa. Segundo o plano estratégico, revisto em dois mil e dezoito, Braga cresceu noventa e três por cento nas exportações e representou em dois mil e dezassete, dois vírgula sete por cento das exportações nacionais. Se considerarmos as empresas que têm sede em Lisboa, mas operam em Braga, representamos três virgula sete por cento das exportações portuguesas e seríamos o terceiro maior concelho em Portugal. Por tudo isto e

sendo a InvestBraga a agência para a dinamização económica e captação de investimentos, é uma aposta ganha. Que deve ser continuada e pode ser reforçada para atrair mão de obra qualificada com um ambicioso programa de retenção de alunos estrangeiros, que escolheram as universidades Bracarenses para estudar! Revemo-nos neste modelo de gestão e o voto do partido Aliança é a favor". Interveio depois o ***Sr. Deputado do CHEGA****,* ***JOÃO PEREIRA GOMES****, que sobre a matéria em discussão referiu: "A Assembleia Municipal tem como principais competências aprovar certas decisões da Câmara e fiscalizar a sua ação, tendo sempre como base o interesse dos munícipes. O que me foi dado observar até o momento, é a desvirtuação quase completa destes princípios. Perda de tempo com assuntos de pouco interesse para a autarquia é gritante, desde a apresentação de votos de congratulação e votos de pesar, a manobras artísticas para conseguir mais tempo de antena, a discussões completamente estéreis e a falta de respeito pelo órgão. No entanto, toda esta apetência para desperdício de tempo é superada pela inversão completa da missão para o qual foram incumbidos todos os eleitos, que é a defesa intransigente dos interesses da população. O que me foi dado verificar é que na maior parte das votações o interesse dos partidos se sobrepõe, pelo que, a continuar esta postura, devemos questionar-nos seriamente, relativamente ao nosso contributo para a melhoria da qualidade de vida dos bracarenses. A corroborar esta reflexão, temos a reação de todos os partidos a duas propostas apresentadas pelo grupo municipal Chega, na última Assembleia. A primeira que envolve a segurança de alguns habitantes parecer menor. A segunda, relativamente à Agere que está a ser gerida de modo a favorecer os acionistas privados, demonstrou responsabilidade do PS e do PSD neste dossier, não se compreendendo a postura do CDU que só comprovou um completo desnorte. A água é um bem público imprescindível para a sobrevivência*

de todos, pelo que não tem que ser um negócio para benefício de alguns em detrimento de muitos. No entanto, a nossa postura de combate a este estado de coisas levou-nos a fazer algo. E, já agora, informo todos, que iremos solicitar ao Ministério Público uma investigação à gestão da Agere, desde a venda ao consórcio privado e vamos solicitar também uma análise de segurança do muro de Fujacal à Proteção Civil. Relativamente ao Executivo e esta é uma questão que toca a todos, deverá respeitar integralmente os regulamentos e responder às questões que são colocadas pelos membros da Assembleia. o que não se tem verificado e penso que é uma obrigação do Executivo responder a todas as questões que lhe são colocadas. Vamos então aos contratos-programa. Na análise dos contratos-programa com as empresas municipais verificamos o seguinte: não consta o contrato-programa com a TUB. Qual a razão? Quanto paga de renda a Rádio Universitária pela utilização dos vários espaços utilizados no GNRation? Refere no contrato-programa com o Theatro Circo de Braga, EM e mais precisamente no seu ponto j, que a programação desenvolvida pelo Theatro Circo e GNRation se quer abrangente no que concerne aos seus públicos alvo, acessível a todos e promotora de um maior conhecimento e fruição cultural. Nada mais faccioso e enganoso. Com efeito, o que se tem verificado é uma programação elitista dirigida por um público alvo reduzido e que atinge o seu máximo expoente no GNRation. Não compreendemos e não aceitamos que infraestruturas culturais desta envergadura e que pertencem a todos os bracarenses, sejam utilizadas por um número reduzido da população. A cultura não é só música contemporânea e erudita, mas sim, também, música local, música popular, artes, danças, costumes etc. O princípio de boa governação diz-nos que os recursos públicos devem ser geridos de forma eficiente. Após a análise do mapa de rendimentos e custos, verifica-se que a receita do GNRation corresponde a dezassete vírgula quatro por

cento dos custos e a receita do Theatro Circo corresponde a trinta e oito vírgula dois por cento dos respetivos custos, gerando um deficit de quase dois milhões de euros. De salientar também que o deficit gerado pelo GNRation é praticamente igual ao gerado pelo Theatro Circo. Em suma, a preocupação de gerar receitas próprias é praticamente inexistente dado que a comparticipação financeira atribuída pelo município é garantida, não existindo da parte deste critérios e exigência de uma gestão equilibrada. Relativamente ao contrato-programa efetuado com a IB - Agência para a Dinamização Económica, salientar que o investimento efetuado em infraestruturas lotou a empresa de condições que em situação normal permitiria ser geradora de resultados com benefício para o município. No entanto, tal não se verifica, pelas razões acima referidas. No entanto, há duas questões gostaríamos de ver esclarecidas pelo Executivo. E agradeço que o façam. Qual o valor das rendas pagas pelos órgãos de comunicação social que estão instalados no Fórum? E quem são. Qual a razão da não instalação das startups nas instalações da InvestBraga, libertando espaço no GNRation para ser rentabilizado? Pelo exposto, o grupo municipal do partido Chega votará contra os contratos-programa efetuados com o Theatro Circo de Braga, EM e IB - Agência para a Dinamização Económica, votando favoravelmente o contrato-programa efetuado com a Bragahabit". Depois foi a vez do ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *se pronunciar sobre a mesma matéria, tendo, para o efeito referido que: "O executivo da Câmara Municipal traz-nos hoje à discussão uma proposta para a celebração de contratos-programa com as empresas municipais. Estamos a falar de apoios ao Theatro Circo, à BragaHabit e à InvestBraga. Reconhecemos a importância da atribuição de apoios a empresas municipais que prestam serviço público, contribuindo para a garantia do direito à habitação e do acesso à*

cultura, como são os casos da BragaHabit e do Theatro Circo. É, no entanto, revelador que o executivo queira dar trezentos e trinta e nove mil euros de apoio público à InvestBraga - uma empresa municipal criada para facilitar negócios. Tem sido esta a prioridade da direita. Mas, sobretudo, registamos o reduzido apoio destinado à empresa de habitação pública, a BragaHabit. São um vírgula três milhões de euros, apenas um por cento do orçamento municipal. Um por cento não chega. Vivemos uma situação de emergência habitacional em Braga. Uma parte cada vez maior do salário das famílias é hoje gasto em arrendamento ou numa prestação ao banco para pagar a casa. Uma família com rendimentos médios que queira viver em Braga tem hoje muita dificuldade para encontrar uma casa que possa pagar. Infelizmente, este é o resultado da desregulação do mercado da habitação introduzida pela direita e pela troika. As políticas neoliberais agravaram a especulação imobiliária. É urgente inverter esta política injusta. E parte dessa inversão deve ser iniciada pelos municípios. No médio prazo, têm de aumentar substancialmente a oferta de habitação pública para as famílias de baixos e médios rendimentos. Só assim conseguimos ter casas que as pessoas podem pagar. Esta tem de ser a prioridade municipal. Mas não é o que tem acontecido em Braga. Se não, vejamos. A BragaHabit tem hoje pouco mais de seiscentas habitações, o que representa zero vírgula sete por cento de habitação pública em Braga. Este valor é menos de metade da média nacional de habitação pública - já de si baixa - que é de dois por cento. Para termos uma ideia da realidade na Europa, a média de habitação pública na União Europeia atinge os quinze por cento. Mas o município anda ao contrário. Lembramos que há escassos meses, o executivo de Ricardo Rio em vez de avançar com um importante projeto de habitação pública num terreno municipal em Ferreiros, recuou e decidiu vender o terreno a privados. Isso mesmo, decidiu vender um terreno

municipal destinado à habitação pública. Aproximavam-se as eleições autárquicas e lamentavelmente o interesse partidário sobrepôs-se ao interesse público. Surgem agora notícias que nos dizem que a BragaHabit vai reabilitar todo o edificado habitacional nos próximos anos. Faz bem, mas não chega. Precisamos de muito mais do que reabilitação. Precisamos de aumentar rapidamente a oferta de habitação pública em Braga para garantir preços justos. No Bloco de Esquerda sabemos que isso é possível e é necessário. Por isso faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que a BragaHabit possa expandir a oferta de habitação pública no concelho, atingindo pelo menos a média nacional. Além disso, enquanto a oferta de habitação pública for escassa, é preciso cumprir a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada nesta Assembleia para atualizar o regime de apoio ao arrendamento. Os preços das casas explodiram no concelho e por isso é da mais elementar justiça que quem mais precisa de ajuda para viver numa casa digna, possa contar com ela. Os contratos-programa com as empresas do município e todas as políticas municipais têm de responder às necessidades de quem cá vive, trabalha e estuda. É para isso que fomos eleitos. Gostava de acrescentar à sua intervenção o seguinte: relativamente à Bragahabit, o regulamento do RADA, foi-nos transmitido pelo Senhor Administrador cessante, que estava pronto. O que é certo é que continua sem sair da gaveta e é evidente que o regulamento do RADA é essencial para que se atualizem o valor das rendas. Sem o valor das rendas atualizadas, o aumento do fundo em duzentos mil euros de cada vez, não resolve coisíssima nenhuma. Gostava também de acrescentar alguma coisa relativamente ao laudatório que aqui foi expenso relativamente à InvestBraga. É que, de facto, a InvestBraga é uma empresa, em alguns aspetos, contranatura por uma razão simples. Nós vivemos num concelho que vê cair as associações empresariais,

estamos aqui ao lado duma que faliu, agora está lá a judiciária e temos uma empresa municipal a tratar dos assuntos dos empresários. Isto é inconcebível em qualquer lado do mundo, é inconcebível. O serviço público não é para isso. Os empresários têm as suas organizações próprias, e bem, e algumas até com capacidade organizativa, interventiva e evolutiva, e em Braga, por causa deste ambiente conspícuo entre o público e o privado, e o próprio privado sucumbe porque, de facto, as suas atribuições ficam esvaziadas pela intervenção do município. A questão da InvestBraga é esta". Dando continuidade à discussão da presente matéria, passou a usar da palavra a ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA****, para dizer que; "O Partido Socialista vai-se abster em relação aos Contratos-programa das empresas municipais aqui em debate: Teatro Circo de Braga, Bragahabit-Empresa Municipal de Habitação e Investbraga-IB-Agência para a Dinamização Económica. Fiz questão de salientar o nome das três empresas, porque queria recordar ao Senhor Deputado eleito pelo Aliança, que não estamos a discutir aqui as políticas do Governo, nem tão pouco o programa eleitoral de qualquer partido que tenha problemas, ou não os tenha, em relação aos animais. De qualquer forma aconselhava o Senhor Deputado a aguardar esta intervenção. O seu tempo dispõe dele e faz dele aquilo que quiser, e terá de certeza absoluta muitas oportunidades, nesta Assembleia Municipal, para repetir essa intervenção. Mas esta minha intervenção é para dizer porque é que o Partido Socialista se abstém e abstém-se porque reconhecemos que o município não se pode alhear, nem descurar as suas responsabilidades relativamente ao trabalho e ao papel que vêm desempenhando estas entidades no desenvolvimento social, económico, cultural e educativo, do nosso concelho. Não podemos deixar de salientar o trabalho reforçado, que se espera e exige, neste período e durante o corrente ano devido ao contexto de*

pandemia por Covid dezanove e que poderá surtir efeitos nos objetivos e no trabalho a desempenhar pela empresa Municipal Bragahabit, em especial ao nível da a habitação social e do apoio ao arrendamento a famílias carenciadas e dai a necessidade do cumprimento deste contrato-programa. No entanto, merecem estes contratos-programa algumas considerações e reparos que queremos fazer. Os contratos-programa devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. Ora, o contrato-programa da InvestBraga não cumpre os requisitos mínimos de um contrato-programa a uma empresa municipal. Estes contratos visam titular subsídios à exploração, devidos pela circunstância da empresa, na prossecução de políticas públicas municipais, praticar preços inferiores aos do mercado ou aos que teria que praticar para cobrir os custos da atividade. Ou seja, subsidia-se o "preço social" praticado pela empresa de prestação de serviço ao município, não evidenciando minimamente de que forma este valor representa a prática de um "preço social" na prossecução de uma política pública. Ou seja, constrói o contrato como se um contrato de prestação de serviços se tratasse ...e não é! Tal é absolutamente vedado pela Lei cinquenta barra dois mil e doze, pois subverte a lógica da contratação pública e da transferência financeira entre município e empresa. Não está devidamente fundamentada a necessidade deste contrato e de que forma o mesmo se consubstancia, "o desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais", como se refere no texto da lei. Ainda quanto a este Contrato-Programa da InvestBraga, perguntamos ao Sr. Presidente: para quando a prometida

autossustentabilidade desta empresa municipal? Vamos aguardando melhores dias. Já no que respeita ao contrato-programa do Teatro Circo/GNRation, nada temos a apontar à fundamentação do montante do subsídio de exploração que, diga-se em abono da verdade, está bastante completa. Bastava a quem fez o contrato-programa da InvestBraga tomar este como exemplo. Ficam-nos, no entanto, algumas dúvidas quanto à concretização das atividades planeadas, de acordo com o montante contratualizado, tendo em conta o contexto sanitário que se vive e somos da opinião que nesta altura do ano o mesmo podia já ter ponderado esta situação para tornar mais realista a sua concretização. Aliás, foi objeto de advertência no parecer prévio do ROC, alertando para a possibilidade do não cumprimento daquilo que prometem. Tendo em conta que continuamos a valorizar e apoiar a produção cultural que deve ser uma das prioridades da ação municipal, razão pela qual o Partido Socialista se orgulha de ter sido responsável pela concretização da requalificação dos dois maiores equipamentos culturais da cidade: o Teatro Circo e o GNRation. E que bom seria se a estes dois pudéssemos juntar a Fábrica Confiança...ou outros edifícios…haja visão e vontade! Depois destas considerações e procurando ver esclarecidas estas reservas, o Partido Socialista irá abster-se, conforme já foi dito no inicio desta intervenção". Registou-se posteriormente a intervenção do ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES****, para salientar que: "Este ponto dos contratos-programa com as empresas municipais é particularmente relevante, porque creio que ficou mais ou menos claro pelas várias intervenções, a importância das três empresas municipais que hoje estamos a discutir, naquilo que é o seu serviço público, que por delegação do município, foi entregue a estas três empresas. É evidente também que para este serviço público, estas mesmas empresas não devem praticar preços de mercado, sob pena de, naturalmente, o*

serviço que assim prestariam ficar fora de condições de sustentabilidade e, por isso, é necessário que esse défice seja compensado pelo orçamento municipal. Isso faz parte, aliás, de qualquer município que entrega e, aliás, já agora, fazendo aqui um pouco de história, estas três empresas municipais não foram criadas por este executivo municipal, ainda bem, porque elas já vinham de trás e significa que foi entregue a estas três empresas, sendo certo que uma delas sofreu uma transformação no seu âmbito e na sua missão, mas o certo é que já vinha de trás, e era uma boa prática, que as empresas municipais tivessem um conjunto de atribuições e competências que representavam o serviço público para os munícipes de Braga. Desse ponto de vista, a justificação dos contratos-programa está suficientemente detalhada, sendo certo que, tenho que concordar com a Deputada Palmira Maciel, quando diz que uma das três empresas municipais poderia ter feito um exercício de exposição e de fundamentação mais detalhada, aliás, na linha daquilo que fez o Theatro Circo, e muito bem. Não me parece que seja por causa disso que não mereça o voto favorável, até porque, como também sabemos, a InvestBraga gere este espaço onde nos encontramos e tem uma missão que não é muito fácil de concretizar do ponto de vista daquilo que são os seus custos de funcionamento. Isto é, como é que se materializa a dinamização da atividade económica e como é que se compara isso com preços de mercado, nomeadamente numa atividade de atração de investimento? Não é tão fácil quanto isso, porque esse tipo de atividades, normalmente, está entregue a entidades públicas, sejam elas do ponto de vista do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou até outro tipo de agências de desenvolvimento e promoção públicas, como o caso da AICEP, só para citar um exemplo. E desse ponto de vista, a quantificação do défice é mais complexa, reconheço, até porque tive o cuidado de fazer algumas análises sobre aquilo que é a proposta do contrato-

programa da InvestBraga e, efetivamente, chegar àqueles números foi um exercício que, acredito, foi feito de boa-fé, naturalmente, mas que pode ter aqui alguma dificuldade de ser tão exato como foi, por exemplo, com o da Bragahabit ou com o do Theatro Circo. Contudo, parece evidente que as três empresas municipais prestam um inestimável serviço público que merece o apoio de todos. O apoio na Assembleia Municipal e, obviamente, o apoio do ponto de vista do orçamento. Aliás, gostava de realçar o papel da Bragahabit numa dimensão que aqui há pouco o Deputado António Lima salientou. De facto, a habitação é um problema que não é só exclusivo de Braga, é um problema nacional. Os preços de mercado estão a subir por razões diversas, algumas nacionais, outras internacionais e o facto é que uma empresa municipal tem um espectro de atuação limitado, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista daquilo que é a sua intervenção no espaço, porque o património tem dono, o património tem valor e aquilo que pode muito bem ser uma boa intenção de construir mais habitação social, muitas vezes esbarra com aquilo que são os obstáculos financeiros à sua concretização. E, portanto, o exercício que foi feito pela Bragahabit no sentido de identificar um milhão e trezentos mil euros como sendo o défice ao qual solicita apoio municipal, é também um exercício de rigor que nos merece aqui destacar, sem prejuízo de, efetivamente, gostarmos de ver ou gostaríamos de ver mais esforço ainda da Bragahabit, no sentido de provavelmente melhorar as condições. Talvez mais importante que melhorar as condições do património edificado já existente, do que propriamente estar muito preocupado em construir mais, até porque se o fizesse seria sempre a preços muito mais elevados do que aqueles que seria a reabilitação do existente. Um ponto que queria aqui manifestar em termos daquilo que é o sentido de voto do CDS, que é naturalmente a favor, é que há aqui uma preocupação de rigor, há

uma preocupação de manter o serviço público que as três empresas municipais prestam, e bem, sem prejuízo de no futuro podermos ainda melhorar aquilo que pode ser o escrutínio e a monitorização, enquanto órgão deliberativo. A Assembleia Municipal tem que o fazer e deve-o fazer, ainda que o nosso colega de bancada do Chega ache que a Assembleia Municipal não faz, mas o certo é que o exercício de democracia que a Assembleia Municipal tem feito ao longo dos anos permite escrutinarr, não quer dizer que sempre com a concordância de todos, mas permite escrutinar bem a ação do Executivo e acho que vai continuar a fazê-lo". Passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do CHEGA****,* ***ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO****, para destacar que: "Queria só questionar o porquê de quando o meu colega de bancada estava a fazer uma pequena nota introdutória, houve algum desagrado por parte da Mesa e por parte de algumas bancadas, estamos habituados a isso, e quando o colega da bancada do Aliança começou a sua intervenção, criticando dois partidos aqui presentes e com representação parlamentar na Assembleia da República, coisa que o Partido Aliança não tem e também não terá, não houve essa manifestação. Isto custa-me ver como é que, ainda nos dias de hoje, se torna repetitivo. Portanto, não pode haver dois pesos e duas medidas. Reconheço que até possa ter havido algum excesso na nota introdutória do nosso colega e foi chamado a atenção, mas então também deveria ter sido, por parte da Mesa, já para não falar das outras bancadas, para o outro colega que se dirigiu a nós e ao outro partido aqui presente". Seguiu-se a intervenção do* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *para inicialmente renovar o voto apresentado à Srª. Drª. Susana, pelo seu trabalho relativo à tradução para linguagem gestual, que merecia, sem dúvida, esse sublinhado, porque foi estoica na última sessão e merecia, pelo menos, que tivesse havido alguma consideração, na altura, para um intervalo ou o*

que fosse, mas não foi fácil dadas as circunstâncias de tempo que tiveram e as condicionantes que tiveram. "Avançando para este ponto, julgo que às vezes é natural que se confundam os planos e ao falar dos contratos-programa, por vezes, é normal, passamos também a falar daquilo que eventualmente já tínhamos falado na semana passada confundindo, se calhar, os pontos. É obviamente algo que os partidos podem fazer e devem fazer se entenderem que politicamente é relevante, mas algo que não se pode deixar passar. Aqui, nesta Assembleia Municipal, temos uma responsabilidade adicional, fomos eleitos para aqui estar e devemos honrar esse compromisso, com um nível mínimo de conhecimento sobre como as coisas se passam, quer do ponto de vista da prática da praxe, quer do ponto de vista do conteúdo e dos dossiers que aqui tratamos. E digo isto, apenas, para esclarecer porque não é o meu papel esclarecer aqui os outros partidos, mas esclarecer relativamente à pergunta de porque é que não estão aqui os TUB. Não estão aqui, nem devem estar, nem podem estar. Os TUB já cá vieram, bastava ler a imprensa local para saber que aos TUB e o contrato dos TUB já cá veio e houve uma concessão por dez anos já contratualizada com o Município. Portanto, é por essa razão que não estão cá os TUB. Portanto, a membros da Assembleia Municipal exige-se um outro nível de conhecimento sobre estas matérias o que não quer dizer que não possamos vir cá honestamente com questões legítimas. Agora, quando vimos cá com uma pedra atrás das costas, como que a dizer não está cá porque falta aqui qualquer coisa ou porque há um formalismo que não foi cumprido, se calhar já estamos a resvalar para um terreno para o qual, pelo menos, temos que ter certeza plena do que estamos a dizer, antes de avançar com essas acusações. Portanto, julgo que está esclarecido este ponto. Quanto aos demais contratos-programa, queria dar aqui uma ênfase especial à questão da Bragahabit, justamente por aquilo que também já foi aqui aflorado. Temos um

Administrador que está de saída, Vítor Esperança, que fez um trabalho e que teve um trabalho que merece um sublinhado especial, quer na modernização daquela casa, quer, como de resto no contrato-programa vem espelhado, num conjunto de indicadores bastante positivos e que sofreram uma evolução significativa desde que ele tomou conta daquela casa. Obviamente, conhecendo o plano em que estamos e a dificuldade que temos hoje em dia com o contexto pandémico em dar resposta total e cabal às exigências que muitas vezes caem sobre os poderes públicos, é ainda assim relevante ver que, por exemplo, no indicador de eficiência da gestão dos fogos, temos quase um indicador que roça os cem por cento, como temos também, no que diz respeito ao indicador de eficiência na atualização de rendas, ou seja, num indicador importantíssimo que mede, ao fim e ao cabo, a capacidade da própria Bragahabit se adequar aos rendimentos da população que recorre aos seus serviços, de atualizar esses rendimentos justamente à realidade das pessoas que recorrem a estes apoios sociais, e aí temos um índice de cem por cento. É algo que julgo que é notável conseguirmos dar esta resposta a quem mais precisa e em ter esta justiça na resposta que é dada por este indicador. Obviamente que se olharmos para o indicador de eficácia nas cobranças, a história já não é a mesma, mas percebemos isso e percebemos que há um decréscimo nesse indicador, justamente porque o contexto pandémico é o que é, por um lado, e nessa matéria é importante que todos reconheçamos, e acho que aqui já foi sendo reconhecido, que o contexto pandémico tem uma implicação significativa no dia a dia de todas as empresas municipais, e aqui aproveito, a talhe de foice, para dizer à Deputada Palmira Maciel, que a autossustentabilidade da InvestBraga, seguramente não se poderia esperar num contexto pandémico, como obtivemos o ano passado, mas estaremos todos juntos a remar para o mesmo sentido de garantir essa possibilidade de ser autossustentável. Mas

voltando à Bragahabit, esta dificuldade de ter, do ponto de vista das cobranças, taxas tão elevadas, por um lado, compreende-se pelo contexto pandémico que a agravou, por outro, é algo que, para o qual, temos que olhar com alguma preocupação, ainda que percebendo o contexto em que estamos que é, de certa forma, aquilo que foi espelhado no contrato-programa, de que há um certo sentimento de impunidade. Ou seja, não é que estas pessoas não mereçam toda a consideração e a consideração especial por eventuais contextos difíceis e económicos que atravessam, mas, aparentemente, parece que já existe a ideia de que a Bragahabit, dê lá por onde der, não vai conseguir cobrar coercivamente as rendas que estão em falta. Acho que do ponto de vista pedagógico, também devemos alertar para o facto de que a Bragahabit, apesar de ter este pendor social, não quer dizer necessariamente e não pode ser assim do ponto de vista da gestão, que permita que quem pode, de facto, pagar as rendas que já são bastante mais baixas do que no mercado normal, no mercado onde não há intervenção da Bragahabit, tem que pagar essas rendas e não se pode dar a entender esta ideia de que só porque estamos perante uma empresa municipal como a Bragahabit e que são fogos públicos, que possa haver esta ideia de que não é necessário pagar, justamente aquilo que são as rendas por ínfimas que sejam, que são exigidas a essas famílias. De todo modo, julgo que o grande louvor que podemos fazer aqui, do ponto de vista da bancada do PSD, ao Vítor Esperança, é sublinhar essa herança de eficiência, de modernização e de justiça na tentativa de colmatar algumas dificuldades que existiam em tentar fazer com que estes índices atingissem estes patamares como já atingiram. E é por isso, também, que não entendemos, de facto, as reclamações, sobretudo vindas do Bloco de Esquerda, mas também da CDU. A CDU exige muita coisa, como vimos, mas é preciso que se exija também perceber tudo aquilo que já foi feito. E não quero reabrir a

discussão da semana passada, mas todos reconhecemos que por muito que a CDU o exija, aquilo que já foi feito é muito mais do que em muitas décadas se fez no município aqui em Braga. Portanto, obviamente que há um caminho a fazer agora. Há reabilitação a fazer, como já foi aqui explicado, a reabilitação sairá, em tese, sempre a um preço mais comedido do que a aquisição de novos fogos, sabemos como está o mercado e sabemos a dificuldade que há, mas mesmo na construção, os preços estão, nem que seja transitoriamente, muitíssimo elevados e isso são entraves maiores à possibilidade de a própria Bragahabit atuar com se calhar, o vigor e a dinâmica que todos acharíamos exigível, como disse a CDU. Agora, isto não é uma questão de tornar todo o mercado público ou tornar todo o mercado privado e esquecer as necessidades de quem, de facto, não consegue pagar uma renda normal na cidade. Aliás, o contrato-programa espelha bem essa diferença entre aquilo que é pago e aquilo que o mercado exigiria, embora ainda assim estejam valores bem abaixo do que aquilo que vemos hoje em dia no mercado em Braga, apesar de também termos vindo a assistir a notícias na imprensa em que o mercado em Braga, apesar de ter evoluído, do ponto de vista do crescimento do pagamento do valor que é pago pelas rendas, apesar de tudo, ainda não é seguramente das piores capitais de distrito que temos no país. Sem prescindir disso, com certeza, estamos ao lado da Bragahabit para que haja essa evolução, para que continuemos neste caminho da reabilitação dos bairros sociais, compreendendo que também há cada vez menos senhorios apostados em arrendar à Bragahabit, justamente porque o mercado fora deste universo onde a Bragahabit atua é cada vez também mais acessível e, portanto, há também aí maiores dificuldades em atuar. O que estamos aqui, apesar de tudo, também no fundo a discutir, não é tanto essa capacidade de atuação da Bragahabit, é no fundo, se o contrato-programa e os valores que aqui estão, respondem às

necessidades que a Bragahabit tem previstas, e achamos que sim, e que é suficiente para que a Bragahabit continue nesse caminho que julgamos que é fundamental que se mantenha no rumo da modernização, da reabilitação e da justiça com que trata todos os bracarenses que precisam de uma habitação condigna. Do ponto de vista da InvestBraga, julgo que temos que perceber bem, aquilo que também já foi aqui dito. Houve uma mudança de paradigma muito grande desde que este executivo, desde dois mil e treze, quando Ricardo Rio tomou conta do município e do Executivo e deu à InvestBraga uma missão que, pelos vistos, o Bloco de Esquerda com ela não concorda. Como já foi aqui aflorado também pelo Sr. Deputado Carlos Neves, há outros Institutos de natureza pública, a funcionar noutros planos, com que provavelmente também o Bloco de Esquerda não concorda, mas julgo que é muito difícil discordar de uma missão que não é a de ajudar os privados em desfavor do público, é ajudar a atrair investimento e com esse investimento trazer emprego e trazer melhores condições de vida para os bracarenses. É isso que se pretende. Isto não é uma luta de classes. Aquilo que está em causa na atuação da InvestBraga, é justamente ter as condições para atrair investimento e para mostrar a quem possa estar em dúvida sobre se vem para Braga, se vai para Vila Real, se vai para Lisboa, que aqui há, de facto, condições e há facilidades que, se calhar, noutros sítios não existem, do ponto de vista da relação com essas entidades, para que se possam aqui fixar, trazer emprego, trazer riqueza e fazer com que Braga, como tem acontecido na última década, felizmente cresça, quer em população, quer na dinamização económica e na importância económica que tem, quer no contexto local, quer no contexto regional, quer no contexto nacional e ibérico e isso tem-se visto ao longo dos últimos anos e tem sido consistente e julgo que aí não haverá propriamente grande coisa a dizer que o desminta. Portanto, aquela estratégia,

aquele núcleo de ideias essenciais que aqui se consideraram fundamentais para que a InvestBraga pudesse dar resposta a esse anseio de trazer investimento, foi sendo cumprido, e, aliás, julgo que se não fosse a pandemia, teria havido consistente e coerente cumprimento desses tais objetivos e estratégia que foi delineada já há vários anos e estaríamos aqui a dar laudas, mais uma vez, à capacidade da InvestBraga de continuar a trazer para cá novas empresas e a dar uma visibilidade externa a Braga, que até aí não tinha. Finalmente, quanto ao Theatro Circo, e já agora, falando também na InvestBraga, convém dizer também à Deputada Palmira Maciel, que o Theatro Circo, é verdade, o GNRation é verdade, são dois espaços grandes, requalificados e boas medidas anteriores, mas estamos numa sala que convém não esquecer e que também ela, diria, será a maior atualmente no concelho de Braga. Não tem como fito exclusivo cultural, mas é muitas vezes, usada para esse objetivo e, portanto, acho que está aqui uma obra de que todos também nos podemos orgulhar e que também, mais uma vez, a InvestBraga tem aqui algo a dizer. Sobre a gestão do Theatro Circo, sabemos que, mais uma vez, é difícil, no contexto em que estamos, termos resultados mais positivos do que este, casas culturais fechadas durante o último ano, não permitem obviamente chegar aos objetivos que todos gostaríamos. Não percebo, seguramente, como se pode continuar a dizer que o Theatro Circo tem uma programação elitista. Não sei se alguma vez teve uma programação elitista. É verdade que houve queixas, durante uns tempos, de que determinados grupos teriam mais dificuldade em entrar naquela casa do que outros, mas, ainda assim, hoje em dia, vejo espetáculos de Tunas, vejo espetáculos do Conservatório Calouste Gulbenkian, como vejo outros para públicos diferentes. Acho que hoje em dia o Theatro Circo é sinónimo de democratização no acesso à cultura. Está tudo feito? Com certeza que não. É preciso muito mais. O GNRation é visto, esse

sim, como um espaço com um foco diferente, distinto, mais específico de públicos, mas isso não tem retirado essa capacidade de democratização no acesso à cultura, quer no Theatro Circo, quer neste espaço em que nos encontramos, quer noutros espaços da cidade onde, seguramente, continuaremos a assistir a essa preocupação com a democratização do acesso à cultura. Portanto, é com estes conceitos que temos olhado para os contratos-programa que estão aqui em discussão e que acreditamos que se mantém, mais uma vez, a lógica que tem vindo desde o início trazida por Ricardo Rio, de dinamização, de reconversão até dos papéis destas empresas municipais e, seguramente, como disse, não está tudo feito, mas temos um caminho de que seguramente nos podemos orgulhar e que para o futuro nos deixa, pelo menos, trabalho bem feito, com alicerces muito sólidos e estes contratos-programa são apenas, se é que assim se pode dizer, a concretização financeira das necessidades básicas que estas empresas têm e que, obviamente, o município com elas contratualiza para dar resposta àqueles que são os anseios dos bracarenses. É com este cardápio, digamos assim, de medidas e de capacidades, que julgo que estamos muita à vontade para votar favoravelmente este ponto". Postos à votação foram os referidos contratos-programa: Theatro Circo de Braga, E.M., S.A. - ***Aprovado com dois votos contra, com vinte e cinco abstenções e com quarenta e seis votos a favor****; Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. -* ***Aprovado com vinte e sete abstenções e com quarenta e seis votos a favor****; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. -* ***Aprovado com quatro votos contra, com vinte e oito abstenções e com quarenta e um votos a favor****.* ***PONTO NÚMERO DOIS – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro,*

da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do número três, do artigo vigésimo sexto da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de quinze de dezembro do ano em curso, referente à designação para fiscal único das Empresas Municipais: G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Limitada, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para destacar que: "Nesta questão, apenas referenciar que consideramos que estes documentos deviam prever a obrigatoriedade de o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, proceder à apresentação dos documentos provisionados dos serviços municipalizados e dos documentos de prestação de contas, junto desta Assembleia Municipal. Esta apresentação seria de cariz técnico e complementaria a de cariz político feita pelo Presidente da Câmara Municipal e criaria, aqui, um mecanismo de apoio ao exercício de funções que garantiam uma otimização dos recursos técnicos ao dispor do município, uma vez que para que seja concretizado, bastará que se adite esta tarefa adicional ao contrato de prestação de serviços de auditoria externa ao município e à deliberação da designação. Isto, seria um passo no sentido claro de tornar as contas públicas mais claras, quer para Assembleia Municipal, quer para o público em geral, e assim, num caminho de propostas progressivas e de transparência, como prometemos durante a campanha, dávamos passos largos numa forma evolutiva de fazer política baseada no sentido de responsabilidade e respeito para com a oposição e numa base de cada vez maior confiança para com os eleitores". Posta à votação foi a presente proposta* ***aprovada com trinta abstenções e com quarenta e dois votos a favor****.* ***PONTO NÚMERO TRÊS –***

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS - MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo décimo sétimo da Lei número vinte e nove barra oitenta e sete, de trinta de junho, a proposta aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de quinze de dezembro do ano em curso, relativa ao seguro de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta* ***aprovada com vinte e quatro abstenções e com quarenta e oito votos a favor***. ***PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO (ORU) E DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO CENTRO HISTÓRICO (PERU)***. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação aprovada pelo Executivo em reunião de vinte e nove de novembro do ano em curso, relativa à prorrogação do prazo de vigência da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico (ORU) e do respetivo Programa Estratégico (PERU), pelo prazo de um ano, cujos documentos se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou por usar da palavra o* ***Sr. Deputado da C.D.U.***, ***MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA*** *para revelar que: "Votaremos hoje favoravelmente a prorrogação do prazo de vigência do Programa Estratégico para o Centro Histórico de Braga (PERU) não sem antes esmiuçar os fatos subjacentes a esta intenção. Na verdade, este prolongamento constitui-se apenas e só como uma necessidade, já que esta maioria de direita não promoveu, em tempo útil, a elaboração de um novo programa, quando sabia perfeitamente que o PERU de dois mil e onze caducava no final de dois mil e vinte*

e um. Efetivamente, o PERU de dois mil e onze, apesar de bem construído e bem fundamentado não deixa de ser um documento datado com propostas estratégicas que faziam sentido em dois mil e onze, mas que hoje carecem de atualização e revisão urgente de forma a dar resposta às necessidades sociais, humanas e económicas bem como das necessidades de preservação e salvaguarda do património histórico, arqueológico e arquitetónico da cidade. Este alheamento da maioria PSD/CDS/PPM/Aliança, relativamente às questões patrimoniais e de salvaguarda do centro histórico, não são, de fato, uma novidade. Na verdade, apesar de muitas notícias de investimentos no âmbito da valorização patrimonial, os projetos que emanam, raramente saem do papel, mesmo tendo sido promessas eleitorais ou mesmo sendo gizadas nos orçamentos anuais e planos de investimentos. Vejamos o projeto para as Sete Fontes, a passo de caracol, as Carvalheiras, que não saem do papel, o teatro romano do Alto da Cividade, ao abandono, o Cineteatro São Geraldo, a conta-gotas ou a Confiança, alienada. No entanto o alheamento da maioria de direita passa rapidamente a proatividade, quando se trata de um favor a um qualquer grande investidor, não se negando a aprovações de alterações ao PDM, para permitir novas volumetrias para as Convertidas ou para o Largo Paulo Orósio, em claro desrespeito pelas mais elementares regras de preservação da unicidade arquitetónica do Centro Histórico. O que parece, também, ter caído no esquecimento do executivo foi também o novo Código Regulamentar do Centro Histórico desenvolvido pelo ex-vereador do urbanismo Miguel Bandeira e que esteve em consulta pública em dois mil e vinte, mas que tarda em ser aprovado em executivo e nesta Assembleia. Ora, na verdade, este novo regulamento, apesar de não ser um documento perfeito, introduzia importantes alterações ao código, tendo por base o princípio da salvaguarda e manutenção da identidade do Centro Histórico. Sabemos hoje que

este "esquecimento " para a aprovação do novo Código Regulamentar é tudo menos ingénuo, aliás, duvidámos mesmo que verá a luz do dia nos moldes em que veio a discussão pública. Pistas têm sido dadas pelo novo vereador do urbanismo que parece mais interessado em aprovar toda e qualquer garagem para os edifícios do centro histórico, ao invés de promover equilíbrio entre um Centro Histórico sem carros e as condições para um Centro Histórico habitável, com vida e pessoas. Na verdade, o novo vereador do urbanismo parece mais apostado num revivalismo dos executivos socialistas que durante tantas décadas truncaram e descaracterizaram o centro histórico bracarense do que procurar estratégias para recuperar o descaracterizado casco urbano da cidade. Mais, o Centro Histórico de Braga não é hoje Património Mundial reconhecido pela UNESCO, como são cidades vizinhas, porque na década de oitenta, enquanto no Porto e Guimarães pontuavam arquitetos como Fernando Távora, em Braga os gabinetes municipais eram frequentados por afamados empreiteiros de gosto muito duvidoso e que obliviaram para sempre as enormes potencialidades de valorização do nosso centro histórico a nível mundial. Mas se esta maioria não pode ser responsabilizada por décadas de mesquitismo, não é de menos responsável pela inércia que demonstra no desenvolvimento de políticas patrimoniais de preservação do Centro Histórico, não promovendo desde logo, a abertura do Procedimento Administrativo de Classificação do Centro Histórico de Braga junto da DGPC, conforme proposta da CDU, aprovada por esta Assembleia em abril de dois mil e vinte; não avançando em tempo útil com o novo PERU e não permitindo que o novo Código Regulamentar do Centro Histórico entre em vigor. Pede-se e exige-se muito mais a esta maioria que muito deve a sua eleição a constantes promessas relativas à preservação e salvaguarda do património histórico arqueológico e arquitetónico da cidade, mas que nunca

chegou a cumprir". Registou-se depois a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES*** *que, inicialmente, fez um pequeno aparte àquilo que foi a intervenção da CDU, que: "Por muito que perceba e por muito que acompanhe o descontentamento sobre a inércia da Câmara Municipal, se hoje votamos a prorrogação desta estratégia, isso deve-se ao último executivo socialista que fez parte do Executivo da Câmara Municipal. E, portanto, ficava-lhe bem, pelo menos, alguma retilínea naquilo que toca ao contexto histórico desta cidade que, certamente, não olvidará". Sobre a matéria em discussão disse: "O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga foi aprovado a sete de dezembro de dois mil e onze, há mais de uma década, nesta Assembleia Municipal. Constituiu, e constitui, um documento e um plano de ação valioso para o que se pretendeu e se pretende uma melhor integração da zona abrangida nas políticas de desenvolvimento urbano do concelho. É, aliás, de notar e sublinhar a visão que este Programa trouxe, em dois mil e doze, sob liderança do executivo socialista, para uma zona debilitada da cidade, renovando o edificado e transformando o local num espaço que é, hoje, usufruto de todos. Há, no entanto, vários dados que deve esta Assembleia Municipal fiscalizar de modo a entender a execução dos programas estratégicos em cada área de reabilitação urbana. Vejamos então: Este PERU, o único em vigor no Município de Braga, segundo informação disponibilizada a esta Assembleia, termina a vigência no dia nove de janeiro deste ano civil (decorridos dez anos da sua entrada em vigor) bem como a respetiva Operação de Reabilitação Urbana; os últimos dados relativos a esta ORU, na página oficial da Câmara Municipal de Braga, são referentes ao ano de dois mil e dezasseis; Posto isto e dado que: A vigência, para um período de dez anos, desta Operação caduca em dois dias, e sendo o Município do entendimento da necessidade de*

estabelecimento de um novo PERU para a área em questão, espelhado na opção tomada de ignorar uma das recomendações técnicas que visava a prorrogação do PERU por cinco anos, aconselhava a prudência que: Um - Tivessem sido desencadeados procedimentos atempados de contratação de serviços, do Município ou de empresas do setor empresarial local (conforme mandam as disposições do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) para elaboração de novo PERU, caso esse fosse entendimento da Câmara Municipal, com a devida antecedência (note-se que este é um programa cuja validade é de uma década); Dois - Fosse avaliada a execução e o cumprimento dos objetivos estratégicos deste Programa que pudessem, ou não, justificar a elaboração de uma nova estratégia - estratégia essa que é desconhecida dos bracarenses e desta Assembleia; Três - Tivessem existido processos de auscultação pública dos intervenientes e munícipes abrangidos pelo programa vigente de modo ao planeamento atempado de novo programa; Quatro - Fossem atualizados os dados oficiais na página da Câmara Municipal de Braga, à semelhança do que foi feito para dados correspondentes a operações urbanísticas dadas até ao primeiro semestre de dois mil e dezasseis. Não se entende, ademais, que a justificação dada pela câmara municipal para este atraso na a presentação de um novo PERU do Centro Histórico se prenda com, e passo a citar, "o período eleitoral e com a alteração do executivo", uma vez que os prazos eleitorais estabelecidos por lei são conhecimento de todos os intervenientes políticos e soam, uma vez mais, a "desculpa de mau pagador". Não obstante a imperativa necessidade de a provação desta prorrogação, sob pena de caducidade do programa atual, importa que o executivo municipal faculte a esta Assembleia dados relativos aos últimos anos da ORU, omissos em qualquer parte da documentação remetida na presente Ordem de Trabalhos, tais como: Primeiro - O número de agravamentos de IMI

para imóveis degradados no Centro Histórico em dois mil e vinte e um e respetiva evolução ao longo da última década. Segundo - O número total de prédios degradados à data dois mil e vinte e um. Terceiro - O número de autorizações de utilização do último ano, bem como a evolução desde dois mil e quinze. Quarto - O valor total de isenção de taxas concedido na ARU do Centro Histórico, bem como a evolução ao longo da última década. De igual modo, e antecipando a elaboração de uma nova operação de reabilitação urbana, cujo anúncio surge encapotado de uma proposta de prorrogação e não como uma explicação da Câmara, recomenda-se, ainda, que no processo de desenvolvimento do novo PERU, seja promovida a criação de um programa que motive promotores e empresas para a construção de casas novas e projetos de reabilitação para arrendar a preços acessíveis, aliás, à semelhança daquilo que fazem muitos municípios, cuja finalidade da reabilitação é também do entendimento da melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes. Irá, por isso, com o sentido de dever da fiscalização e a responsabilidade da recomendação, o Grupo Municipal do Partido Socialista aprovar esta proposta de prorrogação de modo a que os munícipes e promotores integrantes da atual estratégia para o Centro Histórico não sejam mais afetados pela sintomática falta de planeamento e liderança bem patente neste executivo municipal - tal como ilustra esta decisão tardia e o respetivo desnorte quanto à avaliação e elaboração de nova estratégia". A palavra foi dada à ***Srª. Deputada do P.S.D.***, ***SOFIA PATRÍCIA TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE*** *para fazer alguns esclarecimentos e: "Informar o Senhor Deputado da CDU de que o PERU não caducou em dezembro de dois mil e vinte e um. O PERU caduca apenas no dia dez, porque caso não saibam, o prazo conta-se a partir da publicação em Diário da República desse programa e, por isso, apenas termina no dia dez. Para informação do Partido*

Socialista, todos os serviços já foram contratados e, de facto, existiram constrangimentos, designadamente, também, por motivos do Covid e afins e eleições. A verdade é que os serviços já estão contratados. Aproveito para informar o Partido Socialista, que também deveria ser conhecedor disto, a avaliação do PERU é quinquenal e, por isso, como dois mil e vinte e um acabou de terminar, certamente os dados serão disponibilizados, assim que se encontrarem disponíveis os dados referentes ao ano de dois mil e vinte e um completo". O ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *interveio para: "Lembrar aos Senhores Deputados, nomeadamente à maioria que sustenta este Executivo, aliás, estive a ver aquilo que se disse, quando foi da criação de novas ARUS, que vai sendo tempo de estender ARUS ao concelho todo. Ou seja, não seria novidade nenhuma, já outros concelhos fizeram e, de facto, é tempo de não vermos o concelho de Braga só pela cidade, mas o concelho no seu todo, havendo património importante, quase ao abandono, noutras freguesias do concelho, que não estão dentro das ARUS, porque os proprietários não se podem candidatar a estes programas. Portanto, isso é importante e é tempo deste Executivo fazer isso, porque o dinamismo económico que se promove com o Centro Histórico pode ser importante, mas isso não resume o concelho todo e, muitas vezes, vai até beneficiar investidores que são de fora do concelho, em detrimento de outras pessoas que vivem no concelho, mas, que por razões diversas, não vivem no centro da cidade de Braga". Usou novamente da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S., BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES*** *para dizer à Senhora Deputada do PSD que: "Os apartes regimentais servem para muita coisa, mas não servem para esclarecer, nem para quem está em casa, nem para quem está cá. Digamos o seguinte: primeiro - não é justificação que chegue, dizer que se prorroga, por algum motivo, alguma iniciativa, sem que se*

diga deliberadamente ou se avalie aquilo que foi uma estratégia anterior, para consumar uma nova estratégia. Aquilo que vem a esta câmara, a esta Assembleia Municipal, sob forma de duas alternativas é o seguinte, e sobre recomendação técnica, que ainda é mais importante, aquilo que se diz ou que se dizia há uns anos, aquando do início desta nova mudança, desta grande mudança para Braga, que seria uma nova estratégia renovada, integrada de reabilitação urbana, cai por terra quando percebemos que é um técnico da Câmara Municipal que chama a atenção do Executivo Municipal e, portanto, de uma entidade e de um ator político maior desta cidade, atenção, que faltam poucos meses para caducar uma das mais importantes estratégias, aliás delineada pelo Partido Socialista, naquilo que toca ao Centro Histórico. E digamos o seguinte: não é suficiente dizer que se pretende uma nova estratégia, encapotada numa outra estratégia de prorrogação. Se houvesse essa avaliação, se houvesse uma avaliação daquilo que foram os objetivos não conseguidos, deveria o Executivo Municipal, vir a esta câmara, vir a esta Assembleia Municipal dizer, olhos nos olhos, aquilo que foi bem ou mal conseguido e qual seria, então, a razão de delineação de uma nova estratégia que, aliás, será consumada, e presto-lhe o devido agradecimento, porque a Senhora Deputada também substituiu, mais uma vez, e ainda bem, ao Executivo Municipal, ao dizer-nos, a todos, que já foram contratualizados os serviços. Se calhar, deveria era prestar melhor atenção para que informasse o Vereador responsável pelo pelouro, que da próxima vez que trouxesse informações a esta Assembleia Municipal, pelo menos trouxesse informações corretas que não tivessem de ser corrigidas pela bancada da maioria que a suporta. E, por último, dizer-lhe ainda, que podemos avaliar quinquenalmente, podemos avaliar anualmente, podemos avaliar naturalmente todos os instrumentos. O que não podemos fazer, mais uma vez, é antecipar uma nova estratégia com uma avaliação que nem sequer é feita.

Porque se não vejamos, podemos começar a construir uma casa sem sequer saber onde é que queremos construir. E se a Senhora Deputada acha que isso é normal, que tudo isto é fruto de um rigor e de algo que é inatacável, por parte de um executivo, então fica bem espelhado que o desnorte não é só o do Executivo Municipal, mas, também, já trasladou, neste momento, para a maioria que sustenta o Executivo Municipal nesta Assembleia". Interveio de seguida o ***Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES*** *para salientar que: "Quanto a isto, a única coisa que me compete aqui dizer, julgo que a minha colega já foi muito clara, quanto à necessidade da avaliação e como é que essa avaliação se faz, porque justamente entroncando na questão que estava pôr aqui e que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda também aqui pôs, é importante percebermos que quando falamos deste tipo de instrumentos, estes instrumentos não servem apenas para potenciar grandes conceitos de harmonia residencial por todos os concelhos do mundo. Estas são, de facto, condicionantes, e condicionantes muito graves, à construção e à edificação de outros imóveis que, por ventura, possam não estar em total consonância com esse património histórico. E quando estamos a tratar da gestão de um espaço urbano completo de um concelho, manda a prudência que não estendamos, em primeira análise, digamos assim, este tipo de condicionantes de forma tão aberta e pragmática como foi há pouco, a sugestão do Bloco de Esquerda, em criar esta condicionante para todo o concelho. Julgo que é muito mais ponderoso fazer aquilo que a Câmara está a fazer, com o devido tempo e com toda a consideração das condicionantes e do que elas representam, também, para a edificação no concelho, sobre como erigir esta nova estratégia e, portanto, não avançar imediatamente, e julgo que isto não é sublinhado, nem é subscrito pelos restantes grupos parlamentares, de que devamos, automaticamente, só porque há outros*

concelhos que o fazem, estender as ARU's a todo o concelho de Braga. Isto é preciso ter ao menos a capacidade de compaginar os interesses legítimos de todos os munícipes para também viverem em Braga, porque se não estamos, potencialmente, a criar maiores condicionantes à construção, que criam maiores condicionantes, nomeadamente a nova edificação, em termos de habitação e a expulsar pessoas de Braga ou a tornar a construção ainda mais cara, a tornar aquilo que ainda há pouco falamos, em matéria de habitação social, mais difícil de dar resposta, por parte do município. Portanto, calma. Percebo a intenção, e ela é benévola, mas às vezes de boas intenções, como se costuma dizer, está o inferno cheio e, infelizmente, resultam em prejuízo para a população no seu todo. Portanto, vamos ponderar isto. Vamos olhar para o que temos. Vamos olhar para as avaliações, quando elas estiverem concluídas e tivermos os dados na mão e, seguramente, a Câmara já está a fazer esse trabalho, avancemos de acordo com aquilo que esses dados nos disserem, e não propriamente com iniciativas mais voluntariosas que podem trazer mais problemas do que vantagens, sem prejuízo de até podermos, em tese, considerar que poderia ser benévola a extensão da ARU a todo o concelho. Mas vamos ver se isso não nos traz mais problemas do que propriamente benefícios para o concelho". A palavra foi dada ao ***Sr. Vereador JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES****, para referir que: "O esclarecimento que venho cá fazer é muito simples, mas julgo que não sairia bem desta Assembleia se não o fizesse, porque foram ditas aqui duas coisas e podemos dar a relevância que quisermos, mas talvez pelo tom como foram ditas, talvez fossem coisas gravíssimas e parece-me que não revestem, de forma alguma, esse caráter. Mas para que não restem dúvidas, faço questão de as vir cá esclarecer: a primeira, relativamente à contratação da nova ARU ou do novo PERU, porque uma implica outra, isso não ficou bem percebido pelo Senhor*

Deputado, mas uma implica, necessariamente, a realização da outra. Há um hiato de tempo entre o momento em que a informação técnica é prestada, e na qual me baseei para tomar uma decisão, e o dia de hoje. E aquilo que a Senhora Deputada do PSD lhe terá querido explicar e, ou o Senhor Deputado não quis perceber, ou quis fazer daquilo que a Senhora Deputada lhe disse, um outro tipo de informação que não aquele que é o verídico, é que a contratação, entretanto, a partir do momento em que é informada ao poder político, por parte dos técnicos do Município que era preciso fazer a contratação, a contratação foi feita. Portanto, não estou a ver aqui nada de anormal. Muito menos se percebermos qual é a realidade desta matéria, nomeadamente olhando para os vários municípios que têm PERU's aprovados, que os estendem bem para lá de dez a quinze anos. Aliás, devia ser satisfação ou motivo de satisfação para a bancada do Partido Socialista e para todos os militantes do Partido Socialista, aqui em Braga, se tivéssemos estendido, como a lei nos permite, esta ARU e este PERU por mais cinco anos, que é o normal daquilo que se faz. Acontece que a ARU foi definida em dois mil e onze e que tem o PERU, que ainda hoje está em vigor, parece-nos, agora, em dois mil e vinte e um, que ao contrário do que acontece na maior parte dos outros municípios, se calhar, não foi tão bem feita como o Senhor Deputado aqui veio dizer e, infelizmente, não pode ter a vigência de quinze anos, como está a ter nos outros municípios. Portanto, não se preocupe, dentro daquilo que a lei nos permite e nos exige, havemos de ter uma ARU nova definida, que também é outra coisa que não se falou aqui, o que revela, de resto, não me parece, que a preparação também não foi a melhor, mas teremos que definir uma nova ARU, teremos que definir um novo ORU, e havemos de definir um novo PERU. Mais foi referido que, parece que este Município está preocupado apenas com o centro da cidade, esquecendo-se, por ventura, o Senhor Deputado que este Executivo, não

tenho a honra de ter sido eu a tomar essa dianteira, porque não tinha estas competências no mandato anterior, mas definiu ainda uma ARU, na região sul da cidade, uma ARU na região norte da cidade e uma ARU na região nascente da cidade. Portanto, não é apenas uma ARU que existe, existem quatro ARUS. Mais uma vez, tentem informar-se antes de tecerem determinados tipos de comentários porque de resto, se soubessem daquilo que estavam a falar, certamente não vinham dizer aquilo que cá vieram dizer e no tom que vieram dizer. Não é nada de grave o que se passa. É absolutamente normal. As coisas estão completamente dentro daquilo que a lei exige e, portanto, percebo que às vezes tentem fazer com que o tom com que se apresentam determinadas teorias, acerca daquela que a atuação municipal, venha a vingar face à substância, mas a substância não tem nada a ver com aquilo que tanto o Senhor Deputado do PS, como o Senhor Deputado do BE cá vieram dizer. O Senhor Deputado do BE nem sequer terá percebido, que para além do ARU do Centro Histórico, há ainda mais três ARUS que estão em vigor há já dois anos. E o Senhor Deputado do Partido Socialista tentou transformar isto numa situação de grande drama e de grande alarme, quando manifestamente é a lei, que não só nos permite fazer isto, como até seria um bom indicador da qualidade da ARU de dois mil e onze, se a mantivéssemos por mais cinco anos. Infelizmente, olhamos para a ARU de dois mil e onze e percebemos que ela não foi assim tão bem-feita, e que, em vez de o fazermos daqui a cinco anos, é já hoje que a vamos ter que atualizar". O ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *interveio para referir que não intervinha em defesa da honra e ali não havia iluminados. "O Sr. Vereador tem que ter cautela, porque não tem que vir aqui interpretar o debate parlamentar. Não é essa a sua função. Deve responder aos esclarecimentos que são pedidos e deve-se remeter a isso. Mas queria lembrar ao Sr. Vereador que*

votei a criação das novas ARU's e, na altura, o Bloco de Esquerda fez exatamente a recomendação que ouvi lembrar aqui hoje. O Sr. Vereador não sei se esteve cá ou não esteve, mas eu estive e votei-as. Mas disse, na altura, em representação do Bloco de Esquerda, e o Bloco reafirma que, de facto, entendíamos que deviam ser criadas outras ARU's que estendessem determinadas políticas ao concelho no seu todo, porque era bom para os proprietários e era bom para o concelho que via muito património recuperado, com benefício para toda a gente. Aliás, algum património que tem valor até histórico, embora não esteja classificado, e havia o exemplo, já na altura, de outros concelhos até próximos, que já o faziam. Agora, não foi por desconhecimento. Não sei se fica mais feliz, por acaso já tenho lapsos de memória e já tenho direito de os ter, mas não foi por desconhecimento que disse isso". Posta à votação foi a presente proposta ***aprovada por unanimidade****. Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado do P.S., BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES*** *que referia: "O Partido Socialista aprovou, naturalmente, com as devidas reticências, esta proposta de prorrogação, uma vez mais, para que não sejam lesados, nem os munícipes, nem todos aqueles que são beneficiados com esta estratégia. Congratula-se, aliás, com a interpretação que é feita por parte de membros deste Executivo Municipal, acerca de tão in substância, sem que demais sejam justificadas aquelas que são as competências devidas em devido tempo, daquilo que deveria ter sido feito e não daquilo que poderia ter sido feito, que é bem distinto".* ***PONTO NÚMERO CINCO – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADA JUNTO À RUA CAIXAS DE ÁGUA, FREGUESIA DE GUALTAR – CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei*

número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de vinte e sete de dezembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, situada junto à rua das Caixas de Água, freguesia de Gualtar, em que é requerente o Centro Social do Vale do Homem, para a sua posterior cedência, através de um contrato de comodato, por um período de vinte e cinco anos, para a construção de uma creche, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o ***Sr. Deputado da INICIATIVA LIBERAL, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *para revelar que: "O divórcio de Júlio César da sua segunda mulher, Pompeia, imortalizou uma frase que se transformou num ditado popular por todos conhecido: "À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta". A Iniciativa Liberal defende que a transparência dos processos, o exercício de cidadania e de gestão ética e rigorosa da coisa pública, bem como a salvaguarda dos interesses das pessoas é um imperativo, é fundamental. Esta expressão encerra em si mesmo extraordinários juízos de reputação como a verdade, a confiança, a transparência, a excelência, a verticalidade. Conjugam um conjunto de atributos e valores, que colocados em prática no dia a dia, afetam diretamente as pessoas que prometemos servir e as políticas que se pretende implementar. Para parecer, há que saber ser e saber comunicar o que somos e fazemos para escrutínio público. Este ponto aqui em discussão, tem tudo a ver com isto. Foi detetada a carência de uma creche nas imediações do hospital e da Universidade do Minho. As entidades públicas deram parecer favorável a este projeto. O Município vai ceder, através de comodato, por um período de vinte e cinco anos, este terreno para a construção de uma creche, mas coloca esta questão: porque esta IPSS, porque não outra, porque não se*

lançou um concurso para se aferir se era aquela que tinha o melhor projeto para aquele espaço. Esta desafetação está coberta por uma névoa. Não se governa com segredo, nem em segredo. Não se gere a coisa pública sem transparência, sem verdade e sem verticalidade. No entanto, vamos votar favoravelmente esta proposta pois achamos que, não obstante entendermos que este processo não foi conduzido da melhor forma, não queremos penalizar quem vai beneficiar deste equipamento. Mas não nos esqueçamos: "À mulher de César não lhe basta ser, também tem de parecer séria". Depois foi a vez do ***Sr. Deputado da C.D.U.***, ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA*** *se pronunciar sobre a presente matéria, tendo, para o efeito, destacado que: "Sobre a Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, sita na freguesia de Gualtar, para o Centro Social do Vale do Homem (do Concelho de Vila Verde!!), o grupo municipal da CDU é terminantemente contra, passando a expor as suas razões: Não obstante a necessidade de abertura de mais creches, não só no concelho de Braga, mas a nível nacional, como aliás a CDU tem vindo a defender no seu programa eleitoral para as legislativas dois mil e vinte e um, a proposta de desafetação deste terreno para abertura de uma creche "privada" parece-nos totalmente despropositada; A haver desafetação de um terreno do domínio público, tão valioso como o que está em questão, para abertura de uma creche, esta teria de ser, necessariamente, também do domínio público, ou então aberto um concurso público para conhecer eventuais interessados; de outra forma, não se compreende a cedência de um terreno a qualquer que seja o cidadão ou associação interessados em "abrir um negócio"! Porque é disto que se trata: um negócio! Esta associação, que nem bracarense é (pertencente a um outro concelho), pretende usufruir de um terreno municipal a custo zero para construir, com fundos comunitários, um negócio altamente rentável, sempre à custa das famílias que procurarão neste*

negócio/creche os seus serviços. Há, então, algumas perguntas que se impõem: faz algum sentido ceder este terreno gratuitamente, quando o negócio em vista terá todas as condições para pagar o seu arrendamento? Qual a razão que leva o município de Braga a ponderar, sequer, a desafetação deste terreno, lesando desta forma os seus munícipes, em prol de uma IPSS de Vila Verde? Deixamos aqui uma possível resposta, segundo o que pudemos apurar: os membros da Direção e da Assembleia Geral desta associação fazem parte das "famílias políticas" do PSD e do PS. Do que estamos a falar? De uma troca de favores? Do benefício de amigos e compadres?! Perdoem-nos, se, efetivamente, estamos a cometer alguma injustiça com este juízo, mas não encontramos nenhuma outra razão para entregar um terreno "de borla", numa área onde não faltam clientes, perto da Universidade do Minho e do Hospital, financiado pelo PRR. Se existe, de facto, algum outro motivo, por favor, esclareçam-nos ...os bracarenses têm o direito de ver esta situação clarificada. Dizer, ainda, que não podemos aceitar que se proceda à desqualificação deste espaço público, que foi cedido na construção do loteamento para equipamentos públicos (como um parque urbano de apoio às urbanizações envolventes: jardins, árvores, mobiliário urbano, parque infantil, etc..) e não para acrescentar mais construção onde já existe construção, ainda por cima de um "negócio" privado, como já provamos que será esta IPSS. Faltam creches, sim, mas são públicas, não creches para alimentar fortunas. O que está a ser entregue pelo município não é a gestão, mas sim o terreno. O que nos coloca outra questão importante: equitativamente, serão cedidos terrenos a outras associações para construção de outras creches no concelho de Braga? O que têm a dizer as outras IPSS, nomeadamente as da zona de Gualtar e as de Braga sobre este assunto, foram ouvidas? Foram sequer ouvidas outras associações sobre o interesse de abertura de uma creche no

mesmo local? Qual o motivo desta preferência? (pergunta retórica... já aqui denunciamos os verdadeiros motivos que leva um município a "dar" um terreno para exploração!). A bem da seriedade e dignidade do município de Braga é, de todo, inaceitável que este "negócio" se concretize, pelo que apelamos ao bom senso desta Assembleia e à honestidade dos Senhores Deputados para que votem contra esta proposta! Que seja avaliado e aberto um concurso para escolher uma IPSS que queira ocupar esse espaço". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *para dizer que: "O exercício que aqui nos veio trazer a CDU, é um autêntico exercício de demagogia pura. Primeiro, porque uma IPSS não é uma entidade privada, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e é tão IPSS como é, por exemplo, a "Bogalha", que também é uma IPSS, a quem a Câmara, há uns tempos, cedeu um terreno em propriedade definitiva e sem qualquer problema e não se levantaram rigorosamente nenhuns fantasmas. Depois, as IPSS, como toda a gente sabe, não são entidades para dar lucro. São entidades que funcionam até com muitas dificuldades e que perseguem fins sociais. Aliás, ainda gostava de saber qual é a IPSS neste país, que dá lucro. Portanto, há aqui uma demagogia pura e há aqui algo que é preciso denunciar. Fica também aqui à vista de todos, aquilo que é uma lei da física, que os opostos que se atraem. E é castiço ver aqui a CDU, que até setenta e cinco defendia a coletivização de tudo o que fosse serviço público, e também a Iniciativa Liberal, que tem uma outra visão e que veio defender exatamente aquilo que veio aqui defender a CDU, lançando a suspeita de quem quer efetivamente construir um equipamento social. Outra demagogia que aparece aqui, é que aquele espaço é um espaço de equipamento educativo e a exemplo de muitos outros a quem esta Câmara, e que outras gestões de outras Câmaras deram em contrato de comodato ou até em direito perpétuo, em termos*

de propriedade. Portanto, não é a primeira vez que isto acontece, irá acontecer outra vez, só que é lançada aqui a suspeita e isso fica muito mal. Fica muito mal, porque se hoje existe um serviço público social seja em creche, seja em lares, seja no que for, deve-se às IPSS. E vir aqui dizer que uma IPSS está a perseguir lucros e que é um negócio entre alguém do PS e do PSD, é uma infâmia, uma insídia que quero aqui rejeitar, porque não é verdade. O que está aqui são outras questões, que infelizmente a Iniciativa Liberal e a CDU vieram trazer. E isso é que é muito mau, porque lançar uma candidatura de um terreno para quem quer lá construir, seria a mesma coisa que não fazer nada. As pessoas desconhecem que o processo de candidatura ao abrigo das verbas constantes no PRR, termina a vinte e dois de fevereiro e, para além da candidatura e na candidatura, é exigido também um projeto. Como teríamos tempo para fazer isso tudo? Em devido tempo e de forma atenta, esta IPSS, que tem nos seus estatutos uma dimensão regional que, aliás, devo dizer que esta IPSS, é a IPSS que está a construir o lar de terceira idade em Gualtar, recorrendo a empréstimos bancários e não estando à espera de comparticipações financeiras e é de louvar quem muitas vezes prosseguindo fins judiciais acaba por ter este tipo de iniciativa e, portanto, esta IPSS tem uma dimensão regional no seu objeto e tem a funcionar três centros, dois em Vila Verde e um em Amares. E por que não em Braga? E porque não em Guimarães, ou em qualquer outro concelho? Será que agora vamos restringir quem tem a iniciativa de dar aquilo que é necessário, independentemente do local onde é a sua sede? Mas estamos em que país? Depois dizer à Iniciativa Liberal o seguinte: é exatamente a mulher de César? Mas há um ditado mais bonito que é aquele inventado agora por mim, é dar a César o que é de César, e dar às crianças aquilo que elas querem e têm direito. Este é um problema sentido por toda a gente e, pelos vistos, sentido parcelarmente pela CDU, que só lhe interessa se se tratar

de uma coletivização ou se for alguma IPSS de uma cor que bem conhecemos, porque para aí já não há rigorosamente problema nenhum. O problema da falta de lugares de creche, é um problema que foi detetado por este município. Foi detetado por todos os partidos que concorreram às últimas eleições autárquicas. Foi um problema que foi detetado por todos os partidos que concorreram à Junta e Assembleia de Freguesia de Gualtar e que, naturalmente, era preciso dar seguimento, dar caminho em tempo útil. Este Centro Social procurou junto da Câmara, um espaço para concretizar esta necessidade e procurou na Junta de Freguesia saber que equipamentos havia e juntou-se a isto um objetivo antigo, que a Universidade do Minho sempre manifestou e que chegou a estar em PIDDAC, que era a construção de uma creche na antiga escola primária de Gualtar, que depois acabou por ser abandonado. E, portanto, esse sentimento da Universidade do Minho, da Comissão de Trabalhadores da Administração da Universidade do Minho, ao qual se juntou esta necessidade também da Comissão de Trabalhadores do Hospital, para além de uma falta que é importante em Gualtar, que há muitas crianças que não têm lugar na creche em Gualtar, nem nas creches periféricas e, portanto, isto veio resolver um problema que foi sentido. E em boa hora, quer a Câmara Municipal, quer também o Partido Socialista, através do Vereador Hugo Pires, deram satisfação a esta pretensão, percebendo que é com estas iniciativas que se vão construindo e resolvendo os problemas. Queremos dizer que esta creche que vai nascer naquele local, é uma creche que para além de ser estratégica, porque serve duas das maiores entidades empregadoras do concelho, é também inovadora, porque é um projeto que não se contenta com um funcionamento normal. Vai ser um projeto que vai funcionar vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Dada a proximidade que existe com a Universidade do Minho, com a Escola de Ciências da Saúde e do Hospital

vai ter também um babysitting que funcionará durante o período do final do dia e noite, para quem quiser deixar lá ficar a sua criança e poder participar em seminários, convénios etc. Portanto, estar a cortar, como aqui foi dito, aquilo que é uma ambição, que é uma necessidade sentida por todos, é realmente um mau exercício. E fica muito mal, quer à Iniciativa Liberal, quer à CDU, vir aqui, de uma forma demagógica, de uma forma que direi míope, até, invocar razões que não fazem nenhum sentido. E fica aqui o desafio, vamos ver que IPSS é que vão arriscar até ao dia vinte e dois de fevereiro com uma candidatura, porque também é disso que se trata, é de dar também aquilo que pode ser dado, para que haja um estímulo. O que se pretende aqui é realmente colmatar uma necessidade, é ao mesmo tempo satisfazer aquilo que foi um problema sentido. E quando vimos aqui com discursos de que estamos a atravessar o inverno demográfico, que estamos aqui a dizer que a população está a decrescer, que os jovens casais não se autonomização, também estamos a falar da necessidade que há de apoiar esses jovens casais, da necessidade de as famílias poderem ter os apoios sociais que lhes permitam naturalmente autonomizar-se e constituir família. Estamos aqui perante um problema muito importante, muito sério. Este é um projeto que interessa a todos, que naturalmente interessa ao Partido Socialista, que irá votar favoravelmente, porque é desta forma que conseguimos ultrapassar os problemas. E deixem-me dizer-vos, realmente fico desapontado com a forma insidiosa, malévola, até, com que a Iniciativa Liberal e a CDU vieram colocar este anátema em cima de um projeto, que só tem como objeto a parte social. Quanto à questão do lucro, das alianças, de ser privado, tudo isso é demagogia pura, para confundir as pessoas, e os bracarenses não merecem isso. Merecem sim, é que haja um número de creches que satisfaçam aquelas que são as necessidades sentidas no concelho de Braga". Voltou a usar da palavra o ***Sr. Deputado da***

C.D.U.*, *JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA *para esclarecer que: "A CDU entende que também foi feita aqui uma chamada de atenção para outra IPSS ou para outra Associação, que realmente o próprio PS votou contra o alargamento do seu espaço de comodato da creche, da parte do espaço da creche, votou contra e agora, aqui, até vai votar a favor de um espaço novo que é da IPSS em Gualtar. Em relação à questão desta IPSS, parecia-me que estava aqui a ouvir falar um elemento da direção do IPSS, conhecia também o projeto, estava tão à vontade e divulgar as suas iniciativas, que me preocupou, realmente, essa forma de estar e dizer que uma IPSS que não dá lucro e essa IPSS, pelo que percebi, tem quatro ou cinco sucursais, é porque é só prejuízo, de facto, em Vila Verde, em Amares e agora vai ser em Braga. Entendemos que isto devia ser um processo claro. Não entendemos e não vamos atrás do prejuízo porque há um prazo a contar que termina daqui a vinte dias, não concordamos com isso. Mais vale fazer as coisas com cabeça, tronco e membros, fazer uma proposta aberta à comunidade de Braga e perguntar quem é a IPSS que quer ir para lá perder dinheiro, como essa aí, que parece que vai querer perder dinheiro e, assim, clarificar qual é a IPSS que vai para lá. Agora, num terreno em que entendemos que estão a construir em zonas já densamente construídas, também não faz sentido, porque vamos ocupar um espaço que podia ser um espaço de equipamento público, podia ser um espaço de fruição de todos, vai ser uma IPSS, mas, ao mesmo tempo, não vemos nesta vossa iniciativa, o colmatar de uma necessidade do concelho, com a preocupação de abrir à comunidade bracarense a hipótese de concorrer. Fica para a IPSS de Vila Verde, porque há muita pressa e eles foram os primeiros a apresentar a candidatura e vão conseguir acompanhar os prazos legais para concorrer ao PRR. Não nos parece correto. Por isso, achamos que isto não deve ser votado, ou se for votado, que seja contra, para o processo ser transparente e, como disse a*

Iniciativa Liberal, não basta parecer, é preciso ser". Depois interveio o ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA*** *que salientou: "O Bloco de Esquerda tinha-se reservado para resolver este ponto com uma declaração de voto, mas, de facto, a discussão descambou para uma situação em que, uma vez que estamos em noite de ditados, como se costuma dizer, "quem cala, consente" e, portanto, teríamos que vir cá intervir nesta matéria. IPSS significa Instituições Privadas de Solidariedade Social. São privadas ou particulares. São particulares não são públicas. Para o efeito, não vejo qual seja a diferença. Oh Sr. Deputado João Nogueira, não tenho que vir aqui defender a CDU, mas a verdade é esta, nunca vi nenhum demagogo defender qualquer posição demagógica, com três ou quatro palavras. Ou seja, um discurso por mais redondo que seja e por mais longo que seja, não significa que traga verdade. O que acontece é que a Constituição já foi aprovada há muitos anos e as dificuldades que havia, nomeadamente intervenção social, e que fazia sentido que os privados ajudassem nessa altura, o problema é que se transformou, de facto, num negócio e, naturalmente, o negócio que mais emprega neste país, já que falamos em emprego. Que mais emprega. E depois, dá prejuízo? Não dá. Por acaso o Senhor Deputado sabe qual é o número de empresas que dão prejuízo? Estão aí no mercado e declaram prejuízo todos os anos, nem sequer se apresentam à insolvência, estando obrigadas a isso. Isso não justifica nada. O que acontece é que o que vemos aqui e que esta Assembleia sistematicamente aprova, é que tudo é interesse público, e vamos já entrar aí em três ou quatro empresas de Interesse Municipal e algumas de Relevante Interesse Municipal. E caímos nisto e não saímos disto. E depois, é porque o futebol é de utilidade pública, e depois é porque as IPSS e não sei o quê, é de utilidade pública. A Autarquia dá sempre e, quando precisa de alguma coisa, tem que pagar a preço de ouro. Porque a*

verdade é esta. Os munícipes compram os terrenos, pagam os impostos e isso vai não se sabe para onde, sabe-se, mas muitas vezes não se quer dizer. E a verdade é que quando a Autarquia, quando o Município precisa de alguma coisa, seja da IPSS, seja das arquidioceses, seja dos privados, seja do que for, tem que pagar a peso de ouro. Isso chama-se dois pesos e duas medidas, que é outra expressão que também já foi utilizada aqui. A verdade é esta, não é mais do que esta, não me interessa se isto vai para A, se vai para B, se vai para C. Isso não me interessa, o que nos interessa ao Bloco, são os princípios e não é demagogia, são princípios. É evidente que esses princípios são subvertidos e as pessoas acham isso normal e, portanto, há uma população inteira que vai trabalhando em benefício de alguns que, de facto, andam mais depressa e são mais explícitos nessa matéria, é verdade. É para a Universidade do Minho ou para o Hospital? Há Comissão de Trabalhadores na Universidade do Minho. Há Comissão de Trabalhadores no Hospital. Porque não são eles a explorar uma creche? Podem fazê-lo e, eventualmente, o terreno estaria bem entregue. Aliás, até, uma instituição da envergadura do Hospital e da envergadura da Universidade, eventualmente, até deviam ter creches internas, deviam ter creches para os seus trabalhadores. Isso é que devia ser". Registou-se, novamente, a intervenção do ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *para dizer que: "O Sr. Deputado Antonio Lima veio aqui confundir ainda mais a questão. O terreno em causa está destinado a um equipamento educativo há vinte anos. Portanto, nunca ninguém se interessou em construir lá o que quer que seja. Depois, informar o Sr. Deputado João Baptista, por quem tenho um grande respeito e consideração, que a cem metros ou cento e cinquenta metros desse equipamento, há uma área significativa, as Sete Fontes. Inclusive, foi aprovado aqui há pouco tempo, a cedência de um terreno para ser construído um parque de merendas que tem uma área de vinte*

mil metros quadrados, que vai complementar também numa área das Sete Fontes enorme. Portanto, quanto às questões da natureza verde, aquele espaço está sobejamente defendido, não tem nenhum problema. O que está aqui em questão é uma visão da sociedade e respeito. Respeito muito a visão de sociedade que tem o Bloco de Esquerda e a CDU, sobretudo porque pretendem a coletivização daquilo que deve ser o serviço público. Mas a verdade é esta, o Sr. Deputado João Baptista desconhece possivelmente, quem é que presta serviço social neste país, são as Misericórdias e as IPSS. O meu neto não arranjou lugar numa IPSS, no serviço público, é considerado serviço público, são comparticipadas pelo Estado, pelos impostos de todos nós e teve que ir para uma creche privada. Para quem não sabe e, pelos vistos, o Sr. Deputado João Baptista é que não sabe, o serviço social, o serviço de creches, é feito neste país apenas por duas entidades, que são as Misericórdias e as IPSS, sejam elas públicas ou canônicas, retirando isso não há mais ninguém. Vir aqui, inclusive, dizer mal duma IPPS, dizendo que vai dar lucro, não, elas regem-se por receitas, por comparticipações dos pais e do Estado, para poderem funcionar, mas não têm lucro. Aliás, há regras muito específicas, são constantemente auditadas, fiscalizadas. Noutro dia participei num seminário onde, efetivamente, foi reconhecido que a comparticipação do Estado que deveria ser de sessenta por cento, está em cerca de trinta por cento, o que quer dizer que hoje as IPSS vivem grandes dificuldades, mas também não dão prejuízos, mas tentam aguentar-se, como aliás, é do vosso conhecimento. Vir aqui tentar denegrir um projeto que vai aumentar a capacidade do número de lugares que existe no concelho de Braga, é realmente um mau exercício. Admiro-me também que a Iniciativa Liberal, com os liberalismos todos que defende, não tenha percebido isto. Aliás, acho que é mais por ignorância do que propriamente por conhecimento de causa que, efetivamente, venha aqui falar de César e da

mulher, que não sei se era séria, ou se era a primeira ou segunda, não interessa para o caso. Mas a verdade é que vir aqui falar da seriedade de um projeto que começa agora, que é fortemente fiscalizado, não só em termos de projeto de candidatura, como depois da aplicação de verbas nos contratos atípicos que são feitos para o funcionamento, só quem desconhece e o Sr. Deputado João Batista devia conhecer, porque teve na família quem trabalhasse na Segurança Social, e é fortemente auditado tudo o que é feito, quando é comparticipado em termos da Segurança Social, e íamos perder agora esta hipótese? Há mais terrenos, há mais equipamentos, venham mais entidades que se candidatem, que venham ter com a Câmara e terão o apoio do Partido Socialista. O que queremos é que existam creches que cheguem para as necessidades, para que as jovens famílias possam dizer que quero ir para o trabalho e tenho que deixar o meu filho por um preço social e seguro, com qualidade e é isso que queremos, é isso que se quer. Vir aqui denegrir, é efetivamente muito mau, não vos fica bem, e quem nos ouve fica a perceber quem efetivamente quer satisfazer uma grande necessidade que foi diagnosticada por todos e quem não quer. E devo dizer para terminar, que em maio, quando esta entidade começou a perceber onde poderia construir, foi contactada pela Comissão de Trabalhadores do Hospital e mais tarde pelos trabalhadores da Universidade do Minho, para esse efeito. E é impelida, também, por essa vontade, que efetivamente este projeto começa a crescer e este é o primeiro passo, e espero, muito sinceramente, que este projeto se concretize, porque dele dependem muitas crianças que possam ter aquilo que têm direito e as famílias também". O ***Sr. Deputado da INICIATIVA LIBERAL, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *tomou o uso da palavra para destacar que: "Naturalmente venho aqui refutar as acusações de demagogia e falta de conhecimento que o Sr. Deputado do PS nos veio aqui trazer e lamentar esta*

postura. O que a Iniciativa Liberal veio aqui trazer foi princípios que devem nortear a atividade política. Princípios como verticalidade, transparência, excelência, isto deve ser transversal a qualquer político que está nesta casa. Não sei qual é a questão que se levanta com isto. A questão que é levantada pela Iniciativa Liberal, é o processo que nos trouxe aqui. Não somos contra a creche. Somos a favor da creche. Achamos que a creche é necessária em Gualtar. Mas o que colocamos aqui em questão, é porque é que é esta entidade e não a outra? É esta a questão. Porque é que aquela entidade foi a escolhida? Por isso, refutamos veemente as acusações de demagogia e desconhecimento da matéria. O que está em questão é simplesmente o procedimento que nos levou a esta tomada de decisão. Gostava de terminar, dizendo que quando incomodámos a esquerda e a direita, é certeza que estamos no bom caminho". O ***Sr. Deputado da C.D.U.***, ***JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA*** *voltou a intervir, em defesa da honra, pelo facto de ter sido feita uma abordagem relativa a um familiar que trabalhava na Segurança Social. Disse, então, ao Sr. Deputado João Nogueira, que só queria lembrar que queriam ali clareza no processo de escolha da IPSS para aquele terreno. Achavam que as creches, como sempre foi defesa da CDU, eram importantes para o país e faziam falta, fossem de cariz público, privado, associativo, cooperativo, das Comissões de Trabalhadores, da empresa Hospital de Braga, todas essas podiam ter uma creche e deviam tê-la. Tinha era que ser clarificado. "E como usou, e bem, a minha relação familiar com alguém da Segurança Social, também peço desculpa, mas o seu irmão João Luís Nogueira, é o Presidente da Assembleia Geral desta IPSS. Por isso, sobre essas questões, estamos falados". Posta à votação foi a presente proposta* ***aprovada com seis votos contra da C.D.U. e do B.E., com três abstenções de dois Presidentes de Junta e do P.A.N. e com sessenta e quatro votos a favor****.* ***PONTO NÚMERO***

SEIS – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - TMAD – SOLUÇÕES EM MADEIRA E DERIVADOS, LIMITADA*. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, apreciada na reunião de quinze de novembro do ano em curso, relativa ao reconhecimento do interesse público municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a), do número três, do artigo vigésimo quinto, do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei número setenta e três barra dois mil e nove, de trinta e um de março), em nome da Empresa TMAD – Soluções em Madeira e Derivados, Limitada, sita no lugar do Gaião, lote três, da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, deste concelho, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao* ***Sr. Deputado do P.A.N.****,* ***TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA****, para referir que: "O P.A.N. vem declarar a sua completa indisponibilidade para aprovar medidas, que além de não trazerem mitigação de impactos ambientais, acabam por depauperar o património natural da cidade de Braga. Estamos, neste caso específico, contra este pedido de reconhecimento, pelo facto de o mesmo se encontrar num ponto de Reserva Agrícola Nacional e de o mesmo vir revestido do pedido de interesse público para se desviar daquilo que devia ser uma obrigação, o estudo do impacto ambiental estratégico local, esclarecer-nos cabalmente uma dúvida que tem por vezes ficado presente nesta casa da democracia. O P.A.N. não é contra a economia, é apenas contra que a mesma seja feita sempre à custa dos recursos ambientais existentes. Consoante o crescimento das economias, as mesmas acabam por usar mais recursos, sejam eles recursos biológicos renováveis ou outros materiais ou espaços que não são renováveis. A única forma de evolução económica no atual quadro de crise climática, já conhecida globalmente, é a promoção de modelos*

económicos sustentáveis que respeitem a limitação de recursos e ecossistemas. Olhemos assim para este problema como uma oportunidade de alcançar a dissociação entre desenvolvimento e impactos ambientais e entre a produção de bens e a utilização de recursos obviamente finitos. A Câmara Municipal de Braga tem meios disponíveis para encontrar as melhores soluções de captação de investimento das empresas locais e não locais, pelo que menos referenciais de trabalho destes meios, deve ser o dos novos investimentos criarem o mínimo impacto ambiental possível. Assim, relembramos que a avaliação de impacte ambiental é um procedimento preventivo nas políticas de ambiente e ordenamento do nosso território, que tenta garantir que as prováveis consequências ambientais de cada plano são analisadas e tomadas em consideração, em vez de ignorá-las. Este pedido que é feito, devia ser uma pergunta a todos nós eleitos desta casa. Estamos dispostos a colocar dois pavilhões de elevada dimensão, abdicando de mitigação de impacto ambiental para uma área contígua a uma zona residencial de moradias, que vai ser afetada a nível de ruído, enquadramento e possivelmente na poluição aérea inserida num conjunto agrícola de elevado valor que faz fronteira com um curso d'água, com a impermeabilização de mais de dois mil metros de solo, fazendo ainda parte da estrutura ecológica municipal? A resposta só pode ser uma, não". Seguidamente interveio o ***Sr. Deputado do P.P.M.***, ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *para revelar que: "O que se está a avaliar neste ponto é se existe fundamento, ou não, para que esta Assembleia Municipal considere este investimento de interesse Público! Ora, como pontos positivos temos: Um Primeiro ponto que é o parecer dos técnicos da divisão de planeamento que não vê inconvenientes no seu reconhecimento de interesse público! Um Segundo ponto é o de ter sido considerado, pela InvestBraga, um projeto estratégico em que se prevê a criação de vinte e cinco*

postos de trabalho! Ora, esses postos de trabalho até poderão ser úteis a nível ambiental se existir uma preocupação em recrutar gentes com residência perto da unidade industrial a ser implementada! Um último ponto positivo é o facto de que a empresa em questão produz e comercializa produtos à base de Madeira! Sendo a Madeira um produto Natural, o que acaba por ser uma fábrica bem enquadrada com o Mundo Rural e amiga do ambiente já que a Madeira não tem perigos associados de contaminação dos solos! Como Pontos negativos temos: Que parte do terreno faz parte da RAN; Que a obra em questão impermeabilizará os solos em cerca de um hectare, sendo esse o ponto mais negativo deste investimento! Ora, para atenuar esse ponto, e apesar de os terrenos envolventes, na minha opinião, conseguirem absorver a água que deixa de penetrar no solo impermeabilizado, seria recomendável criar uma espécie de bacia de retenção que garantisse o armazenamento das águas da chuva para que seja depois aproveitada como um sistema de aproveitamento das águas pluviais para diversos fins como a rega ou a utilização nos equipamentos sanitários, por forma a retardar a ida natural dessa água para o afluente mais próximo ou mesmo para não sobrecarregar a descarga das águas pluviais da AGERE! Esta é apenas uma sugestão! No geral, considero, portanto, que os prós são maiores do que os contras, pelo que o PPM irá votar favoravelmente este ponto!" Posta à votação foi a presente proposta ***aprovada com três votos contra do P.A.N. e do B.E., com sete abstenções do CHEGA, da C.D.U. e de um Presidente de Junta e com sessenta votos a favor. PONTO NÚMERO SETE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESIGNADO POR "EDIFÍCIO E-REDES".*** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos nos artigos trigésimo primeiro a trigésimo terceiro do Regulamento do P.D.M., a*

proposta aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de vinte e nove de novembro do ano em curso, relativa ao pedido de reconhecimento de interesse público estratégico, para a construção de um edifício designado por "Edifício E-Redes", para desenvolvimento da atividade E-Redes, sito na Avenida Dr. Pires Gonçalves, número cinquenta e cinco, da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta ***aprovada com dois votos contra do B.E.***, ***com cinco abstenções da C.D.U. e do P.A.N. e com sessenta e três votos a favor***. ***PONTO NÚMERO OITO - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO – UNLIMITED TENDENCY LIMITADA***. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos nos artigos trigésimo primeiro a trigésimo terceiro do Regulamento do P.D.M., a proposta aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de quinze de dezembro do ano em curso, relativa ao pedido de reconhecimento de interesse público estratégico, em nome de Unlimited Tendency, Limitada, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta* ***aprovada com vinte e três votos contra do P.S.***, ***do B.E. e do CHEGA***, ***com dez abstenções da C.D.U. e Presidentes de Junta e com trinta e sete votos a favor***. *O* ***Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA*** *apresentou uma* ***Declaração de Voto****, salientando que: "O grupo municipal do Partido Socialista, por norma, vota favoravelmente os projetos submetidos para apreciação no âmbito do reconhecimento do interesse estratégico municipal, precisamente por entender que estes trazem valor acrescentado à nossa cidade quando, de facto, os mesmos dão corpo ao que verdadeiramente a palavra estratégico em si corporiza, ou seja, quando se traduz em algo verdadeiramente*

astucioso, que acrescente valor, que traga mais valias e que também potencie, efetivamente, um desenvolvimento diferenciador para a cidade de Braga. Isso é o que tem acontecido, através de inúmeras propostas que têm sido trazidas, e bem, aqui a esta casa, para as quais o PS tem votado favoravelmente estas propostas e que no âmbito deste enquadramento, e como já referido, o seu resultado final se traduz numa verdadeira galvanização de projetos industriais de caráter inovador para o concelho de Braga. E, por isso, no entender do grupo municipal do Partido Socialista, não é isso que acontece neste caso específico, e não acontece neste caso específico, porque estamos aqui perante uma mera prestação de serviços, que no nosso entender, desvirtua aquilo que está na génese do conceito daquilo que devem ser os projetos inseridos no âmbito deste reconhecimento estratégico municipal, uma vez que este é um projeto de prestação de serviços, como muitos outros, que já existem no nosso concelho, e tratando-se, inclusive, neste caso particular, de um edifício que outrora já foi alvo também de financiamentos públicos e de apoios municipais, por parte da nossa Autarquia. É precisamente por isso e por entender o grupo municipal do Partido Socialista que estamos aqui com isto a caminhar para uma generalização daquilo que devem ser estes apoios, quando no fundo, como já referido, os mesmos devem, sobretudo, ser canalizados e concedidos quando falamos de projetos que tragam uma verdadeira diferenciação e que tragam uma verdadeira inovação para o concelho de Braga e, precisamente por isso, o PS votou contra neste ponto". Seguiu-se outra ***Declaração de Voto****, agora apresentada pelo* ***Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA****, que revelava: "O Bloco de Esquerda votou contra estas três propostas, por entender que, de facto, isto não se pode transformar num verdadeiro queijo suíço. Ou seja, fazem-se as leis, limitam-se determinadas atividades, mas depois, por tudo e por nada, é interesse público*

municipal, é interesse estratégico, e aquilo que estava regulamentado de uma determinada maneira, viola-se por tudo e por nada. Não pode ser. A voz do povo costuma dizer que quem faz as leis, deixa sempre lá portas e janelas e não sei quê, por onde pode escapar. Não podemos cair nisso. De facto, os regulamentos são para cumprir e as situações excecionais têm que ser mesmo excecionais. Não pode ser por dá cá aquela palha, é interesse público municipal. Dá ideia que andamos aqui de mão estendida. Qualquer dia, temos aí as empresas poluidoras todas a fazer fila para virem para Braga. O que entendemos é que, de facto, Braga será sempre, e quando falo em Braga, falo até no quadrilátero, entendemos que o quadrilátero está condenado a ser atrativo em termos de investimento. Está condenado. Não é por ter o Ricardo Rio na Câmara, nem por ter outro não sei quanto em Famalicão, ou outro em Guimarães. Está condenado, porque tem aqui, de facto, bons meios de transporte e boas autoestradas, provavelmente a maior concentração de população que existe no país, depois das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. A verdade é essa e, portanto, é atrativo. Agora essa atração, em determinados aspetos, temos que condicioná-la. O nosso voto foi assim, relativamente à Bosch e é relativamente a estas empresas, porque isto tem que ter regras e regras têm que se cumprir e as empresas têm que as cumprir. A Autarquia não tem que andar de mão estendida, não precisa de andar de mão estendida. Isto, no fundo, é pura e simplesmente para beneficiar o infrator". ***PONTO NÚMERO NOVE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIA****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e nove de*

novembro, de quinze e vinte e sete de dezembro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada "Requalificação do parque infantil do loteamento da Quinta de S. José", no montante de cinquenta e um mil setecentos e sessenta euros e oitenta e seis cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada "Drenagem de águas pluviais na rua da Senhora da Conceição – trabalhos complementares", no montante de quarenta mil setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e três cêntimos; Três - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada "Requalificação parcial da rua dos Castanheiros – Aveleda – honorários do projeto", no montante de três mil seiscentos e cinquenta e três euros e dez cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada "Pavimentação da rua da Fonte – Vimieiro", no montante de setecentos e vinte e sete euros e setenta e sete cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada "Alargamento e beneficiação da rua das Cortinhas – Crespos – aditamento", no montante de quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos; Seis - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Confluência da EN trezentos e nove com o cruzamento da EM seiscentos e vinte e oito e com a rua da Escola – Escudeiros", no montante de oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte e nove cêntimos; Sete - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Confluência da EN trezentos e nove com o cruzamento da EM seiscentos e vinte e oito e com a rua da Escola – Escudeiros", no montante de seis mil trezentos e noventa e seis euros;

Oito - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada "Drenagem de águas pluviais na travessa de São Paio d'Arcos", no montante de sete mil seiscentos e setenta euros e sessenta e seis cêntimos; Nove - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada "Continuação da praceta de Custoias – Lomar – pavimentação", no montante de mil setecentos e um euros e setenta e sete cêntimos; Dez - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada "Alargamento pontual da rua de São Judas Tadeu – Celeirós – projeto", no montante de mil seiscentos e quarenta e dois euros e cinco cêntimos; Onze - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para "Honorários/projeto – rua de Tornadouro e Paço – Morreira", no montante de onze mil cento e oitenta e seis euros e setenta e seis cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada "Pavimentação da rua da Encosta", no montante de catorze mil quinhentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada "Espaço de lazer e estacionamento da Quinta do Capa – arranjos exteriores (projeto), no montante de dois mil setecentos e dezassete euros e catorze cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada "Alargamento da rua da Cabraínha", no montante de quinhentos e cinquenta e três mil e cinquenta cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Padim da Graça, para a execução dos projetos "Arranjo urbanístico do monumento do Emigrante e arranjo urbanístico do monumento aos Combatentes da Guerra do Ultramar", no montante de seis mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e vinte cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada "Muro de suporte da rua da Boavista – honorários/fiscalização", no montante de dois mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de

Sobreposta, para a execução da obra denominada "Reconstrução de muro da travessa da Vinha", no montante de seis mil oitocentos e vinte e cinco euros e trinta e quatro cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada "Construção de espaço para arquivo no edifício da sede da Junta", no montante de oito mil setecentos e trinta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos; Dezanove - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada "Requalificação da rua de São Judas Tadeu – Celeirós – honorários e projeto", no montante de mil trezentos e cinquenta e três euros; Vinte - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada" Requalificação parcial da rua dos Castanheiros – Aveleda", no montante de sessenta e dois mil novecentos e setenta e quatro euros e sessenta cêntimos; Vinte e um - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Reparação do pavimento – confluência da EN trezentos e nove com o cruzamento da EM seiscentos e vinte e oito com a rua da Escola – Escudeiros – aditamento dois", no montante de oitenta e seis mil sessenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos; Vinte e dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e pavimentação da rua das Alminhas – segunda fase – Penso Santo Estevão", no montante de mil oitocentos e quarenta e cinco euros; Vinte e três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e beneficiação da rua da Cal – Escudeiros", no montante de quinhentos e oitenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos; Vinte e quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Requalificação e alargamento do CM mil trezentos e quarenta e três – projeto", no montante de oito mil

quatrocentos e dois euros e cinquenta e nove cêntimos; Vinte e cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Repavimentação da travessa caminho de Santiago – projeto", no montante de mil cento e sessenta e sete euros a um cêntimo; Vinte e seis - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a fiscalização da obra "Requalificação da rua dos pardieiros – Penso Santo Estevão", no montante de dois mil setecentos e seis euros; Vinte e sete - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e pavimentação da travessa de Penso – projeto", no montante de mil oitocentos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos; Vinte e oito - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e pavimentação da travessa do Hospital – projeto", no montante de dois mil duzentos e setenta e três euros e noventa e seis cêntimos; Vinte e nove - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Requalificação da rua dos torneiros – Escudeiros – projeto", no montante de três mil cento e quarenta e nove euros e cinquenta cinco cêntimos; trinta - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e pavimentação da calçada da Bouça – Escudeiros – projeto", no montante de dois mil cento e dezoito euros e quarenta e quatro cêntimos; Trinta e um - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada "Alargamento e pavimentação da rua Francisco Lopes Gomes – Ferreiros (parcelas de terreno cedidas)", no montante de mil e quinhentos euros; Trinta e dois - União de Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro, para a execução da obra denominada "Requalificação da rua do Souto – Guisande – honorários –

projeto", no montante de cinco mil quinhentos e trinta e cinco euros; Trinta e três - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada "Parque infantil do loteamento do Ventoso – Lomar – nota de honorários – projeto", no montante de três mil seiscentos e noventa euros; Trinta e quatro - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a execução da obra denominada "Repavimentação de betuminoso em várias ruas", no montante de quarenta e oito mil cento e oitenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos; Trinta e cinco - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada "Rua do Gaio – Morreira – honorários – projeto", no montante de seis mil trezentos e noventa e seis euros; Trinta e seis - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada "Requalificação da rua de Quintela – Santa Lucrécia de Algeriz", no montante de sete mil novecentos e noventa e oito euros e quarenta e cinco cêntimos; Trinta e sete - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para as "Obras na EB um de Fradelos", no montante de cinco mil novecentos e trinta e cinco euros e oitenta cêntimos; Trinta e oito - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada" requalificação da rua dos Pardieiros – trabalhos a mais", no montante de vinte e dois mil quatrocentos e noventa e cinco euros e sessenta e oito cêntimos; Trinta e nove - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada "requalificação da rua de Vilar – Ferreiros", no montante de seis mil seiscentos e um euros e sessenta e seis cêntimos; Quarenta - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada "alargamento e pavimentação da rua Francisco Gomes Lopes – Ferreiros – honorários/projeto", no montante de três mil oitocentos e quarenta e um euros e quinze cêntimos; Quarenta e um - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e

Lamações, para a execução da obra designada "rua João Braga/Travessa João Braga – Nogueira – aditamento", no montante de três mil cinquenta e seis euros e vinte cêntimos; Quarenta e dois - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada "pavimentação da travessa Dr. Domingos Soares – Navarra – (fiscalização)", no montante de setecentos e quarenta e cinco euros; Quarenta e três - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada "rede de águas pluviais da travessa do Banido – trabalhos complementares", no montante de nove mil oitenta e três euros e dezassete cêntimos; Quarenta e quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "requalificação da rua Entre Águas – Penso São Vicente – projeto", no montante de seis mil trezentos e dezasseis euros e setenta e cinco cêntimos; Quarenta e cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada "Alargamento e repavimentação da rua das Alminhas – Penso Santo Estevão", no montante de três mil trezentos e vinte e um euros; Quarenta e seis - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada "requalificação da calçada do Fiteiro – Arentim – trabelhos complementares", no montante de dois mil quarenta e seis euros e doze cêntimos; Quarenta e sete - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada "projeto – arranjo urbanístico da Poça da Bácora – Trandeiras", no montante de cinco mil cento e dezasseis euros e oitenta cêntimos; Quarenta e oito - Junta de Freguesia de Esporões. Para a execução da obra denominada "projeto – balneários polidesportivos", no montante de onze mil cinquenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos; Quarenta e nove - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada "alargamento da entrada da rua

de Trás as Bouças", no montante de quarenta e quatro mil setecentos e setenta e quatro euros e noventa e três cêntimos. Postas à votação foram as presentes propostas ***aprovadas por unanimidade****.* ***PONTO NÚMERO DEZ - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e nove de novembro, de quinze e de vinte e sete dezembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - Junta de Freguesia de S. Victor, destinado a apoiar as "obras de conservação na Escola EB um do Bairro da Alegria", no valor de três mil quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos com IVA incluído; Dois - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a "requalificação do tanque público dos caleiros e envolvente – rua de Pousada", no valor de vinte e seis mil quatrocentos e sessenta e seis euros e dezassete cêntimos com IVA incluído; Três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar a "ampliação e beneficiação do cemitério de Escudeiros – honorários e projeto", no valor de sete mil novecentos e quarenta e seis euros e vinte e sete cêntimos com IVA incluído; Quatro - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a "pintura e conservação de abrigos de paragem de transportes públicos", no valor de cinco mil seiscentos e oitenta euros com IVA incluído; Cinco - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a "fiscalização da ampliação do cemitério", no valor de quatro mil novecentos e vinte euros com IVA incluído; Seis - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar as "hortas urbanas - projeto", no valor*

de dois mil duzentos e vinte e dois euros e dezasseis cêntimos com IVA incluído; Sete - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar o "Projeto do espaço do Cidadão", no valor de dois mil cento e quarenta euros com IVA incluído; Oito - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a "substituição de cobertura e reposição das condições de segurança e exteriores – Escola Velha de Gualtar", no valor de sete mil quatrocentos e vinte euros com IVA incluído; Nove - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a "reparação de intercomunicador e coberto da entrada do J.I,", no valor de novecentos e quarenta euros e noventa e cinco cêntimos com IVA incluído; Dez - Junta de Freguesia de S. Victor, destinado a apoiar a "colocação de película térmica nos vidros da escola Básica das Enguardas", no valor de dois mil setecentos e seis euros com IVA; Onze - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a "requalificação da sede da Junta" no valor de cem mil novecentos e cinquenta e seis euros e setenta e seis cêntimos com IVA incluído; Doze - Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar a "aquisição de uma viatura de nove lugares para o transporte de crianças da freguesia", no valor de dez mil euros com IVA incluído; Treze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a "requalificação do ringue das Granjas – Vimieiro (projeto), no valor de mil novecentos e cinquenta e cinco euros com IVA incluído; Catorze - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a "retificação e pavimentação do caminho do Lameiro – Pousada", no valor de dezassete mil duzentos e vinte e sete euros e doze cêntimos com IVA incluído; Quinze - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a "pintura interior da EB um de Este S. Mamede", no valor de cinco mil quinhentos e três euros e sessenta e quatro cêntimos com IVA incluído; Dezasseis - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado a apoiar o "projeto para o adro

da Igreja e capela mortuária de Gondizalves", no valor de seis mil setecentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos com IVA incluído; Dezassete - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar as "atividades Culturais de Verão 'Sons de Verão'", no valor de dois mil e quinhentos euros; Dezoito - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a "reparação de sistemas de rega – Trandeiras", no valor de mil setecentos e setenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos com IVA incluído; Dezanove - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a "ampliação do cemitério – reforço de apoio", no valor de oitenta e sete mil cento e oitenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos com IVA incluído; Vinte - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a "remodelação do edifício da Junta de Freguesia – projeto", no valor de dezanove mil seiscentos e oitenta euros com IVA incluído; Vinte e um - Junta de Freguesia de São Victor, destinado a apoiar as "despesas pontuais efetuadas com as eleições presidências", no valor de vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos com IVA incluído; Vinte e dois - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a "requalificação do edifício da sede da Junta de Freguesia de Trandeiras", no valor de onze mil novecentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos com IVA incluído; Vinte e três - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar as "obras de intervenção no cemitério", no valor de mil cinquenta e nove euros e noventa e sete cêntimos com IVA incluído; Vinte e quatro - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a "requalificação da calçada do Fiteiro – Arentim", no valor de trezentos e sessenta e nove euros, com IVA incluído; Vinte e cinco - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar o "projeto para a requalificação da piscina de Nogueiró", no valor de quinze mil duzentos e setenta e seis euros e

sessenta cêntimos, com IVA incluído; Vinte e seis - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar o "projeto para a requalificação da área desportiva e lúdica de Nogueiró", no valor de dezoito mil novecentos e quarenta e dois euros, com IVA incluído. Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção do ***Sr. Deputado do CHEGA***, ***JOÃO PEREIRA GOMES*** *para dizer: "Caro colega João Marques, quando cometo um lapso, também tenho a humildade de o reconhecer. Só espero que o procedimento seja igual para todos. Já tenho ouvido aqui muitas barbaridades. Muita distorção da realidade como, por exemplo, os índices que são debitados pelo PSD, os índices de bem-estar da população, o desenvolvimento da cidade. Só quero colocar uma pequena questão à Senhora Presidente: é possível apresentar uma proposta de deliberação nestas situações, para não cometer o erro de cometer um lapso? O princípio da justiça e da razoabilidade impõe que se trate todos de forma justa, ou seja, com imparcialidade, equidade e razoabilidade. Ora, o que se tem verificado desde sempre, primeiro com o executivo socialista, e desde há oito anos com o atual executivo, é que as Juntas que não são da mesma linha política, são relegadas para segundo plano e não são tratadas da mesma forma. Isto é, o tratamento não obedece a critérios de equidade e imparcialidade. Neste caso, estou a falar com conhecimento de causa. Como referido, aquando da análise do Orçamento de Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, as freguesias em Braga, são tratadas como o parente pobre, pois as verbas alocadas para os investimentos estão na sua grande maioria canalizadas para o centro da cidade, sendo claramente insuficientes as que são destinadas a apoiar a melhoria da vida nas diversas freguesias. Isso, certamente, que os Senhores Presidentes de Junta concordarão comigo. Como as verbas são reduzidas, obrigam os respetivos executivos das Juntas a pedinchar constantemente. A filosofia que está subjacente*

a esta matéria, tem que ser alterada, devendo as verbas a ser transferidas, ter como princípio as reais necessidades, devidamente priorizadas de cada uma das freguesias. Assim sendo, o entendimento que o que o Grupo Municipal Chega tem, é que a análise e votação dos próximos Orçamentos e Planos de ação, sejam antecedidos de uma discussão das necessidades de investimento de cada Junta de Freguesia, com a apresentação pelo executivo de um mapa elaborado em conjunto com as diversas Juntas, devidamente discriminado, quantificado e timings para execução das obras e necessidades". Postas à votação foram as presentes propostas ***aprovadas por unanimidade***. ***PONTO NÚMERO ONZE – COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BRAGA – DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS***. *É presente o pedido formulado pela Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Braga, solicitando, de acordo com o previsto na alínea l) do artigo décimo sétimo da Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de setembro, a designação de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, a fim de integrarem a referida Comissão. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que foi apresentada uma única lista designada por* ***lista A****, composta pelos seguintes elementos:* ***Maria Angelina Pinto Rodrigues*** *(PSD);* ***José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro*** *(P.S.);* ***Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes*** *(C.D.S.-P.P.) e* ***Sandra de Oliveira Cardoso*** *(C.D.U.). Posta à votação foi a referida lista* ***aprovada com sessenta e sete votos a favor****,* ***com quatro votos brancos e com três votos nulos***. ***PONTO NÚMERO DOZE – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (CMPC)***. *Submete-se à consideração da*

Assembleia Municipal a designação de um representante das Juntas/Uniões de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), nos termos da alínea i), do artigo quadragésimo primeiro, da Lei número vinte e sete barra dois mil e seis, de três de julho (Lei de Bases da Proteção Civil), na sua redação atual. A ***SRA. PRESIDENTE DA MESA*** *informou da existência de uma proposta que seria designada por* ***lista A****, propondo o* ***Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Esporões****,* ***João da Silva Oliveira****, como representante* ***efetivo*** *e o* ***Sr. Presidente da União de Freguesias de Real****,* ***Dume e Semelhe****,* ***Francisco Manuel Pereira da Silva****, como representante* ***suplente****. Posta à votação foi a referida proposta* ***aprovada com sessenta e dois votos a favor****,* ***com dez votos brancos e com dois votos nulos. PONTO NÚMERO TREZE – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDF)****. Submete-se à consideração da Assembleia Municipal a designação de representantes das Juntas/Uniões de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDF), nos termos da alínea b), do número três, do artigo vigésimo nono, do Decreto-Lei número oitenta e dois barra dois mil e vinte e um, de treze de outubro. A* ***SRA. PRESIDENTE DA MESA*** *informou da existência de uma proposta que seria designada por* ***lista A****, propondo a* ***Srª. Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta****,* ***Maria Elizabete Marques da Silva****, como representante* ***efetiva*** *e o* ***Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Espinho****,* ***Filipe Vaz Alves****, como representante* ***suplente****. Posta à votação foi a referida proposta* ***aprovada com sessenta e três votos a favor****,* ***com dez votos brancos e com um voto nulo****.* ***APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA*****:** *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante*

aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. ***ENCERRAMENTO****: Às zero horas e trinta e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de sete de janeiro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*